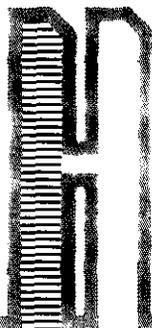




DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 50

SÁBADO, 27 DE MARÇO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 82, DE 1992

Autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar operação de crédito externo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, no valor de até US\$86,750,000.00 “Corredores de Transporte do Paraná”.

RETIFICAÇÃO

Na publicação feita no DCN (Seção II), de 4-3-93, pág. 1871, da Resolução nº 82, de 1992, do Senado Federal, na letra **h**, do art. 2º

Onde se lê:

h).....

Comissão de Inspeção e Supervisão Geral: US\$86,750.000,00 (oitenta e seis milhões e setecentos e cinquenta mil dólares norte-americanos).

Leia-se:

h).....

Comissão de Inspeção e Supervisão Geral: US\$867,500.00 (oitocentos e sessenta e sete mil e quinhentos dólares norte-americanos).

SUMÁRIO

1 — ATA DA 41ª SESSÃO, EM 26 DE MARÇO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Requerimentos

— Nº 282/93, de autoria do Senador Lourenberg Nunes Rocha, solicitando que seja considerada como licença autorizada os dias 1º, 2, 3, 5, 8, 9, 12, 15, 16, 19, 22 e 23 do corrente mês. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Nº 283/93, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, solicitando que seja considerada como licença autorizada o dia 26 de março corrente. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Recebimento do Ofício nº S/33, de 1993 (nº 171/93, na origem), do Governo do Estado da Paraíba, solicitando autorização para refinanciamento da dívida daquele Estado, junto ao Banco do Brasil S/A, oriunda de empréstimos por antecipação de receita orçamentária, vencidos desde dezembro de 1988.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MALA
Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

— Recebimento dos Ofícios nº S/30, 31 e 32, de 1993 (nº 2.226, 31 e 52/93, na origem), dos Governos dos Estados de Santa Catarina, Bahia e Mato Grosso do Sul, solicitando autorização para contratarem operações de créditos externos, para os fins que especificam.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA — Colocações sobre mandado de segurança impetrado pelo Subprocurador-Geral da República em exercício, Wagner Gonçalves, contra o Ministro do Exército, Zenildo Lucena, exigindo a imediata demarcação da área indígena Guató.

SENADOR ALUÍZIO BÉZERRA — Considerações sobre pronunciamento feito pelo Senador Almir Lando, relacionado à aprovação de destaques ocorridos por ocasião da reunião da Comissão Mista de Orçamento. A importância da biodiversidade da região amazônica.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Tratamento diferenciado que estaria sendo dado pela TV Bahia à administração da Prefeitura de Salvador.

SENADOR MAURO BENEVIDES, Como líder — Apelo ao Presidente Itamar Franco e ao Ministro Alexandre Costa no sentido de apressar a edição da Medida Provisória que liberará recursos para a seca no Nordeste.

1.2.4 — Diversos

— Nº 2/93, de autoria do Deputado Inocêncio Oliveira encaminhando cópia do pronunciamento do Senhor José Genoíno, na sessão plenária de 4-3-93, a propósito do programa da Frente Presidencialista veiculada naquela data, em que, segundo S. Exª, teria sido atingida a imagem do Congresso Nacional e de seus membros.

1.2.5 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MAGNO BACELAR — Justificativa pessoal diante dos fatos de suposto agravo à Câmara dos Deputados e ao seu Presidente. Considerações sobre a desobediência partidária no parlamentarismo.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Solidariedade ao Senador Magno Bacelar no episódio de suposta ofensa à Câmara dos Deputados.

SENADOR ELCIO ALVARES — Solidariedade ao Senador Magno Bacelar. Impropriedade da ação levada a cabo pela Mesa da Câmara dos Deputados.

1.2.6 — Diversos

— Nº 3/93, de autoria do Deputado Wilson Campos, reportando-se sobre a matéria publicada na edição de 18 de março corrente no jornal **Folha de S. Paulo**, intitulada "Guia do Plebiscito", em que, segundo o referido periódico, foi formulada pergunta sobre o assunto ao Senador Magno Bacelar, informando ainda que a Mesa, em reunião realizada em 18 de março corrente, decidiu encaminhar o exame da matéria à Procuradoria Parlamentar, órgão encarregado de promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Câmara, de seus órgãos e membros, quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade.

1.2.7 — Ofícios

— Nº 174/93, do Presidente do Senado Federal, comunicando o recebimento do Ofício SGM/P nº 138, por meio do qual o Deputado Inocêncio Oliveira encaminhou notas taquigráficas de pronunciamento do Senhor Deputado José Genoíno a propósito do programa da Frente Presidencialista veiculada em 4 de março corrente.

— Nº 192/93, do Presidente do Senado Federal, comunicando o recebimento do Ofício nº GSE/GPS-1/93, de 18 de março corrente, firmado pelo Senhor Primeiro Secretário, Deputado Wilson Campos, sobre declarações atribuídas ao Senador Magno Bacelar, encaminhando cópia de Moção de Desagravo da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

1.2.8 — Aviso da Secretaria de Planejamento

— Nº 90/93, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, providências tomadas relativas à reunião do Clube de Paris realizada em 26 de janeiro próximo passado.

1.2.9 — Requerimentos

— Nº 284/93, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando seja considerada como licença dos trabalhos da Casa nos dias 26 e 29 do corrente. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Nº 285/93, de autoria do Senador Almir Lando, solicitando seja considerada como licença dos trabalhos da Casa os dias 29, 30 e 31 de março corrente. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.2.10 — Comunicação da Presidência.

— Designação da Comissão para analisar a programação de rádio e televisão no País.

1.3 — ORDEM DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar (nº 71/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar.) **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar.) **Votação adiada** por falta de **quorum**.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR NABOR JÚNIOR — Defesa do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, e da pensão parlamentar.

SENADOR NEY MARANHÃO — Considerações acerca do artigo publicado no jornal **O Globo**, e edição de hoje, intitulado “Verba contra a seca atrasa e Governo dá explicações”, do artigo publicado no **O Estado de S. Paulo**, edição de hoje, intitulado “Prefeitos de Pernambuco são acusados de reter feijão da seca”.

Apelo para a edição de medida provisória que providenciará recursos para o Nordeste.

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO — Bom desempenho do Ministro Antônio Britto, da Previdência So-

cial, no amparo aos aposentados. Morosidade e dificuldades da Previdência no pagamento de benefícios da aposentadoria rural em Tocantins. A utilização dos Correios no pagamento dos benefícios do INSS em localidades que não disponham de rede bancária.

SENADORA JÚNIA MARISE — Abuso nos reajustes de preços nos supermercados. Dados do IBGE revelando a miséria e a violência da infância brasileira. Alerta ao Ministério da Saúde sobre a volta da lepra no Brasil.

SENADOR VALMIR CAMPELO — Medidas que estão sendo adotadas pelo Governo do Distrito Federal, visando o incentivo às microempresas.

SENADOR LOUVIVAL BAPTISTA — Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo publicado no jornal **A tarde** de 18-3-93, intitulado “Conferência marca os 56 anos de criação do **IBIT**”, sobre palestra do Dr. Jorge Pilheu, Professor de Pneumologia da Faculdade de Medicina de Buenos Aires e Vice-Presidente da Liga Argentina contra a Tuberculose, na comemoração dos 56 anos do Instituto Brasileiro para Investigação do tórax.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — MESA DIRETORA****3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****Ata da 41ª Sessão, em 26 de Março de 1993****3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura***Presidência do Sr. Chagas Rodrigues***ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Aluizio Bezerra — Amir Lando — Chagas Rodrigues — Eptácio Cafeteira — Flaviano Melo — Jutahy Magalhães — Marco Maciel — Nabor Júnior — Ney Maranhão — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

AVISO Nº 90/SEPLAN

Brasília, 4 de fevereiro de 1993

A Sua Excelência o Senhor
Senador Humberto Lucena
Presidente do Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Em conformidade com as diretrizes da política econômica externa que visam à inserção soberana e competitiva do Brasil na economia internacional, o Brasil participa, no Clube de Paris, das reuniões multilaterais de renegociação das dívidas dos países do Leste Europeu e africanos não-lusófonos de que é credor. As renegociações das dívidas dos países latino-americanos e africanos lusófonos são realizadas bilateralmente.

2. Em reunião do Clube de Paris realizada em 26 de janeiro próximo passado, com o propósito de examinar pedido da Mauritânia de reescalonamento de sua dívida, o representante brasileiro escolheu a opção “C” do Menu de Trinidad, que não implica redução de principal nem de juros, mas concede prazos bastante longos de carência (16 anos) e maturação (25 anos, já incluída a carência) para o pagamento, a taxa de juros de mercado, da parcela reescalada.

3. O representante brasileiro entregou ao Secretariado do Clube de Paris carta que assinala a necessidade de autorização dessa augusta Casa para a assinatura do acordo bilateral respectivo, que venha a implementar e dar validade jurídica à Ata de entendimentos da citada reunião.

4. Esta Seplan, em colaboração com o Banco Central do Brasil, está tomando as devidas providências para que o texto da Ata de Entendimentos seja submetido à elevada consideração dessa Casa Legislativa o mais breve possível.

Atenciosamente, **Yeda Rorato Crusius**, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 282, DE 1993

Senhor Presidente:

Requeiro nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, que seja considerada como de licença autorizada os dias 1º, 2, 3, 5, 8, 9, 12, 15, 16, 19, 22 e 23 do corrente mês, em que tive de me ausentar dos trabalhos desta Casa.

Nestes Termos,

P. Deferimento.

Sala das Sessões, 26 de março de 1993. — **Senador Lourenberg Nunes Rocha**, Líder do PTB.

REQUERIMENTO Nº 283, DE 1993

Requeiro seja considerada como licença autorizada nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, minha ausência de Brasília, no dia 26 de março de 1993, a fim de participar, em Nossa Senhora da Glória, das solenidades de lançamento do programa emergencial contra a seca.

Sala das Sessões, 26 de março de 1993. — **Senador Francisco Rollemberg**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A votação dos requerimentos lidos fica adiada por falta de **quorum**.

A Presidência recebeu, do Governo do Estado da Paraíba, o Ofício nº S/33, de 1993 (nº 171/93, na origem), de 23 do corrente, solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para refinanciamento da dívida daquele Estado, junto ao Banco do Brasil S/A, oriunda de empréstimos por antecipação de receita orçamentária, vencidos desde dezembro de 1988.

O expediente será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência recebeu, dos Governos dos Estados de Santa Catarina, Bahia e Mato Grosso do Sul os Ofícios nºs S/30, 31 e 32, de 1993 (nºs 2.226, 31 e 52/92, na origem), solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para contratarem operações de créditos externos, para os fins que especificam.

As matérias serão despachadas à Comissão de Assuntos Econômicos.

O Sr. Epitacio Cafeteira — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador, na forma regimental.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA (PDC-MA. Para uma comunicação de Liderança. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores; a imprensa destaca hoje um fato, no mínimo, inusitado: um mandado de segurança contra um mi-

nistro do Governo — o Ministro do Exército. E isso é solicitado por nada mais nada menos do que a Funai.

Até entendo que o Ministro da Justiça, se não conseguisse um entendimento com o Ministro do Exército, determinasse uma medida que eu consideraria extrema, porque seria uma luta entre dois Ministérios de um mesmo Executivo, mas não é o que ocorre. É a Funai que aciona a Justiça através do "Subprocurador-Geral da República, em exercício, Dr. Wagner Gonçalves, impetrando um mandado de segurança, com pedido de liminar contra o Ministro do Exército Zenildo Lucena, exigindo a imediata demarcação da área indígena Guató, na ilha Insua, localizada na divisa do Mato Grosso do Sul com a Bolívia."

Sr. Presidente, antes de dizer qualquer coisa sobre essa demarcação, parece-me importante mostrar que esse conflito adveio de uma posição tomada pelo Ministério do Exército, pelas Forças Armadas, que consideram o seu posicionamento naquela ilha necessário à defesa da integridade do território nacional.

Passo a ler o que diz o jornal:

"Contrariando a decisão do Ministério da Justiça, que determinou a demarcação da área de 12.716 hectares pela Funai, o Ministro do Exército, segundo o documento do Subprocurador-Geral, não permitiu que o trabalho fosse feito e nem autoriza a entrada dos índios onde está instalada uma unidade militar"

Vê-se, então, Sr. Presidente, que os índios, além do que estão fazendo na Ferrovia Carajás, fortaleceram-se a ponto de quererem entrar nas unidades militares, como aquela instalada na ilha de Insua. E continua o artigo:

"O Ministério do Exército, segundo ofício encaminhado à Funai em dezembro, é contrário à criação de uma área indígena na ilha Insua. Nesse ofício, recomenda "o estudo de uma solução que resulte num convênio entre as partes, possibilitando à Funai prestar sua assistência aos índios Guató, sem que o Exército abra mão de sua jurisdição sobre a área em questão." Para o Exército, segundo fontes militares, a ilha é considerada área de segurança nacional por estar na fronteira."

Sr. Presidente, pronunciei-me mais de uma vez a respeito dessa superproteção que se pretende dar, através da Funai, às populações indígenas; faço-o primeiro porque, nessas demarcações, o volume de terra, a gleba entregue a grupos indígenas de pequeno número de pessoas é muito grande. Enquanto muitos brasileiros estão morrendo de fome e de sede em terras sem nenhuma condição de serem agricultáveis, oferecemos aos índios terras em grande quantidade, a pretexto de defendê-los contra os garimpeiros, quando, na realidade, são os índios, hoje, que chamam os garimpeiros para irem trabalhar nessas terras, destruindo-as, desde que a eles caiba um percentual naquilo que for garimpado.

Mais problemática, Sr. Presidente, é a questão da fronteira. Vimos há pouco, no ano passado, a luta em consequência da prisão de brasileiros pelas autoridades venezuelanas, que mantém o seu exército na fronteira com o Brasil, enquanto deixamos os índios, em contrapartida, no lado brasileiro da fronteira.

Será muito difícil para as Forças Armadas cumprirem o seu papel de defender a integridade do nosso território, se a Funai tenta afastá-la da nossa fronteira com os outros

países. Ontem foi a fronteira com a Venezuela; hoje é a fronteira com a Bolívia.

Pior do que tudo isso, Sr. Presidente, e que me parece mais terrível e preocupante é que, em todas essas tribos, aparecem missões estrangeiras, quase sempre vindas da Europa, ou do Canadá, ou dos Estados Unidos, que tentam assumir uma liderança sobre esses índios, que fazem com que se chamem essas glebas demarcadas de nações indígenas. Na hora em que isso estiver consolidado, através de territórios devidamente demarcados e protegidos como nações indígenas, não tenho dúvida de que a cobiça despertada sobre as riquezas dessas regiões vai fazer com que amanhã a ONU apareça por aqui, em defesa dessas nações e contra a soberania do Brasil sobre o território indígena. Isso é o que mais me preocupa. Devemos adotar um posicionamento em que se garanta, de forma clara, transparente e definitiva, a sobrevivência das nações indígenas, mas onde se garanta, também, que compete às Forças Armadas, como está estabelecido na Constituição, a defesa da integridade do território nacional.

Sr. Presidente, chegamos a tal absurdo que, quando o atual Ministro da Justiça, Senador Maurício Corrêa, foi ao Maranhão para encontro com os índios, em Barra do Corda, dois cidadãos que falavam pelos índios, porque casados com índias, sentaram à mesa das negociações e do almoço. E são, nada mais, nada menos, do que dois brancos condenados à prisão por assassinato. Mas, a partir do momento que casam com índias, eles conseguem a condição de indígenas, índios por adoção, e caminham para a inimizabilidade pretendida por Paiakan quando estuprou aquela moça branca.

Temos que colocar os pés no chão, sermos sinceros conosco mesmos e deixarmos de atender aos reclamos daqueles que, querendo as nossas riquezas, lá de fora, recebiam e recebem índios (recebiam Paiakan como chefe de estado na Inglaterra, na Europa e em outros países), enquanto, às vezes, criam dificuldades para chefes de Estado do Brasil.

Era esta a comunicação, Sr. Presidente, a preocupação que pretendia externar, para dizer que não entendo como a Funai investe contra o Ministério do Exército; e peço ao Senhor Presidente da República que faça valer a hierarquia e não permita que continuemos a assistir à tentativa de desmoralização das nossas Forças Armadas.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aluízio Bezerra, primeiro orador inscrito.

O SR. ALUIZIO BEZERRA (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores; antes de entrar no tema que abordarei hoje, gostaria de levantar algumas considerações sobre o pronunciamento feito aqui pelo digníssimo Senador Amir Lando, com relação ao final dos trabalhos da Comissão de Orçamento, no que diz respeito às medidas que levaram à aprovação dos destaques, na madrugada de sábado para domingo, naquela semana destinada ao orçamento.

Creio que o Senador Amir Lando não teve a cautela, em primeiro lugar, de consultar a Liderança do nosso partido sobre o andamento das questões e, depois, de se inteirar completamente das questões que se desdobraram no final da Comissão de Orçamento, antes de fazer as declarações que fez aqui no plenário.

Sr. Presidente, a suposição é o maior inimigo das afirmações ou das decisões que se possa tomar.

Em primeiro lugar, cito dispositivo do regulamento da Comissão de Orçamento:

“COMISSÃO MISTA DE PLANOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO — Regulamento:

Art. 53 — Dos destaques: Em relação aos destaques, serão obedecidas as seguintes normas; considerar-se-á insubsistente o destaque se, anunciada a votação de dispositivo ou emenda destacada, o autor do requerimento estiver ausente, voltando a matéria ao texto ou ao grupo a que pertence.”

Sendo o Senador Amir Lando advogado, S. Ex^a não poderia desconhecer critérios dessa natureza. Então, estando ausente à discussão daqueles que aqui permaneceram na sexta-feira, no sábado e no domingo, não poderia reivindicar, como gostaria e segundo os dispositivos da própria comissão, para o nosso querido Estado vizinho, Rondônia, os destaques que apresentou. Mas, a partir daí, creio que não deveria assacar contra as pessoas que lá trabalharam, durante toda a noite a respeito dessa questão, o que consta do pronunciamento de S. Ex^a feito naquele dia, que não relatarei porque consta dos Anais desta Casa. E digo isto, Sr. Presidente, fazendo justiça a todas as lideranças partidárias que na noite de sábado, pela madrugada, por volta das 3h30min, colaboraram com a presidência da comissão, no sentido de fixar critérios para resolver o problema dos destaques, o problema do Ministério da Saúde, do Ministério da Integração Regional, da Fundação Nacional de Saúde e de outros órgãos que tinham rubricas orçamentárias descobertas; não o faço como representante, como nenhuma coordenação, seja por parte da liderança do meu partido ou por parte da comissão, mas como Senador que estava lá acompanhando, como outros parlamentares, o andamento dos trabalhos e os destaques que também apresentamos, eu e a Deputada Zila Bezerra, e outros parlamentares de todos os Estados presentes àqueles debates. Portanto, pelos critérios estabelecidos, os recursos vieram para cada partido em função da base partidária, e, dentro do PMDB, em que pese existirem dispositivos de que o autor do destaque, não estando presente, não teria direito ao mesmo, o nosso partido adotou um critério diferente: passou por cima do regulamento, para beneficiar justamente aqueles que não estivessem presentes, e a distribuição, em função dos parlamentares, foi feita por bancada. De maneira que Rondônia ficou com dois parlamentares, o Acre, com seis, e todos os demais estados em função das bases Parlamentares. Portanto, esse foi um critério extremamente justo — o mais justo — e que ocupou todas as Lideranças no final dos trabalhos na Comissão de Orçamento, com relação aos destaques.

Não estou aqui para fazer considerações quanto ao Relator — Geral ou aos demais membros, até porque não participei da Comissão de Orçamento como membro. Mas tendo assistido ao final dos trabalhos, eu não poderia deixar de fazer justiça aos esforços empreendidos pelos membros da comissão, onde não houve absolutamente motivo para as declarações formuladas pelo Senador Amir Lando, que são injustas e não engrandecem esta Casa. Faço isso como testemunha do fechamento dos trabalhos naquela noite.

Considero oportunas, contudo, as colocações formuladas pelo Senador Amir Lando fazendo justiça às Lideranças partidárias que participaram das discussões no encerramento dos trabalhos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALUIZIO BEZERRA — Com prazer, ouço V. Ex^a, nobre Senador.

O Sr. Jutahy Magalhães — Nobre Senador Aluizio Bezerra, como V. Ex^a acompanhou a confecção da proposta orçamentária, deve conhecê-la profundamente e pode me dar as explicações que gostaria de ter neste instante. Os art. 6º, 7º e 8º impedem o contingenciamento de verbas. Gostaria de obter algumas informações: suponhamos que a Comissão de Orçamento aprove uma emenda prevendo recursos de alguns bilhões de cruzeiros para a construção de uma estrada de 200 km. Na realidade, porém, os recursos previstos na proposta são suficientes para a construção de apenas 2 ou 3 km. Como é proibido haver contingenciamento, os recursos têm que ser aplicados nesses 2 ou 3 km, isto é, a empresa vai levantar seu canteiro para a execução de uma obra que não pode ser realizada. Em saneamento, em construção de casas, enfim, em todos os itens, as nossas propostas, infelizmente, não são fundamentadas em um estudo técnico que permita uma estimativa precisa do valor da obra. Muitas vezes, porém, a proposta do parlamentar é baseada em informações técnicas sobre o custo por quilômetro de uma estrada ou sobre o custo da construção de um hospital, por exemplo. Quando este parlamentar recebe a informação do resultado dos trabalhos da Comissão de Orçamento, fica sabendo que aquela verba foi cortada para permitir uma distribuição mais equânime entre os parlamentares. Para isso, então, reduzem-se os valores das emendas apresentadas por cada um. Com a redução desse valor, naturalmente, a obra não pode ser realizada pois os recursos não são suficientes para a sua execução. A minha pergunta é: com a proibição do contingenciamento, que critérios serão adotados?

O SR. ALUIZIO BEZERRA — Nobre Senador Jutahy Magalhães, conforme eu já disse, o meu pronunciamento atém-se apenas à questão dos destaques.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sei que V. Ex^a não se estava referindo a isso, mas estou aproveitando o fato de V. Ex^a conhecer bem o problema, pois participou intensamente da proposta orçamentária. Estou preocupado com o conteúdo do art. 6º. Sei que o Congresso Nacional deve ter as condições necessárias para fazer seu próprio orçamento se não concordar com a proposta do Executivo. Há alguns anos, fui convidado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos a visitar aquele país. Por coincidência, era época da discussão da proposta orçamentária por parte do Congresso. E havia um conflito entre a política energética do governo e a política energética do Congresso; o Congresso não aceitou a proposta do governo e fez a sua própria proposta de política energética, que o governo vetou; mas o Congresso recusou o veto. Era uma proposta global, nacional, de política para o setor, que é exatamente o que falta a nós, no Congresso. A proposição do art. 6º é corretíssima, mas nos falta a apresentação de uma proposta de política administrativa aproveitando o orçamento. Nós nos preocupamos com a divisão de recursos pelos parlamentares, mas não nos preocupamos com a política global voltada para o interesse nacional. Foi aí que faltou entrosamento. Lá nos Estados Unidos — tive oportunidade de verificar — os técnicos que assessoram o Legislativo são, em geral, muito mais competentes do que os técnicos do Executivo. Era essa, portanto, a questão que eu queria colocar para

V. Ex^a, que foi um dos mais destacados membros da Comissão de Orçamento e foi um dos que fecharam o orçamento, segundo informam os jornais. Em outra palavras, em que se basearam os membros da comissão para elaborarem o art. 6º?

O SR. ALUIZIO BEZERRA — Em primeiro lugar, quero dizer que não fechei o orçamento. Não fui designado pela Liderança, tampouco pela Comissão de Orçamento para desempenhar nenhuma função de coordenação na comissão. Apenas acompanhei o orçamento como parte interessada nos destaques, como todos os que apresentaram destaques e lá acompanharam as suas propostas.

Como a Comissão é mista de Deputados e Senadores, assisti a todos os debates na Bancada do PMDB, mas tão-somente para acompanhar meus próprios destaques.

Em segundo lugar, quero lhe dizer que concordo com o ponto de vista de V. Ex^a no que diz respeito a uma política global para o orçamento. Há várias críticas a serem apresentadas à condução da política do orçamento, mas não extrapolá-riamos para uma crítica de desqualificação que viesse a diminuir o Congresso Nacional.

Portanto, concordo com a avaliação lógica de V. Ex^a, Senador Jutahy Magalhães, mas eu me refiro, no meu pronunciamento, tão-somente ao encerramento da discussão com relação aos destaques. Foi criado o critério de que cada partido receberia um volume de recursos em função do número de seus parlamentares.

O nosso Partido, o PMDB, submeteu essa idéia à bancada que apreciava os destaques e o critério estabelecido foi o seguinte: se os recursos eram distribuídos aos partidos em função da base partidária, a distribuição se faria em função do número de parlamentares de cada bancada. Por exemplo: o Rio Grande do Sul tem onze parlamentares, o multiplicador daquele valor é onze; Rondônia tem dois Parlamentares do PMDB, o multiplicador é dois; Paraíba, vezes seis e assim por diante. Era um critério justo e ético.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALUIZIO BEZERRA — Ouço V. Ex^a

O Sr. Jutahy Magalhães — É isso que discuto, nobre Senador. A preocupação, segundo o que V. Ex^a está expondo, foi de distribuir recursos aos parlamentares para atender a algum pleito. Não é questão de um partido ser melhor ou pior do que o outro, mas no PSDB, com o surgimento dessa idéia, que não era tão interessante assim, nós nos reunimos e destinamos ao Incra, para assentamento de colonos, os recursos que lhe cabiam. Todos demos todos os recursos para a reforma agrária. Não distribuímos as verbas para atender a esse ou àquele pleito. É disso que sinto falta no Congresso. É corretíssima a idéia de o Congresso fazer seu orçamento e querer que seja praticado diferentemente dos anos anteriores. Mas era preciso haver o mínimo de visão global dos problemas nacionais e não fazer a vinculação de verbas e impedir o contingenciamento de verbas que não podem sequer ser aplicadas por falta de recursos necessários para construir aquilo que está previsto na emenda. É essa carência que vai criar graves problemas para a execução do orçamento deste ano.

O SR. ALUIZIO BEZERRA — Concordo com as observações de V. Ex^a. O discutido no PMDB foi a distribuição a cada bancada, cabendo a cada uma a destinação dos recursos. No caso do Acre, tínhamos um programa comum — cada bancada tem suas prioridades —, e nós investimos na emenda

coletiva da BR-364, de interesse de toda a Bancada e de toda a região Centro-Oeste.

O Sr. Epitacio Cafeteira — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Epitacio Cafeteira — Nobre Senador, acho perfeitamente justa e lógica a destinação de verbas para uma BR, como é o caso da BR-364, uma estrada federal que ajuda o Estado do Acre, mas é uma rodovia federal. O que desfigura o Orçamento e até a participação do Congresso na sua confecção é a pulverização de verbas para obras que nada têm a ver com o Governo Federal. Hoje, a metade do Imposto de Renda vai para os Fundos de Participação dos Estados e Municípios e só a outra metade fica para o Governo Federal. Se vamos destinar o Orçamento federal para obras puramente estaduais ou municipais, vamos desfalcicar este País. Pelo que verifiquei — e até os jornais noticiaram —, uns poucos parlamentares levaram cerca de 50% das verbas do Orçamento, verbas destinada à modificações nas suas emendas. Posso garantir a V. Ex^a que sou dos últimos na arte de conseguir aprovar verbas, até porque as verbas que defendo têm a semelhança dessa BR, que, com grande propriedade, a Bancada do Acre defendeu. Mas se torna indefensável, e me permita dizê-lo, a colocação de uma verba para a construção da Assembléia Legislativa do Acre. No meu Estado, também, existem várias emendas aprovadas para obras puramente paroquiais, e fico sem saber, nobre Senador, se no regime de gabinete, pretendido pelos parlamentaristas, quando os deputados seriam distritais, como seria essa pulverização, cada um puxando para o seu distrito, e não mais para o seu Estado, procurando, em função de estar participando dessa Comissão de Orçamento, em negociação com outros parlamentares, também da Comissão, aprovar para os distritos daqueles membros da Comissão de Orçamento, a quase totalidade da verba. No que tange ao assunto tratado pelo nobre Senador Jutahy Magalhães, entendo que a proposta inicial do Governo, de criar parágrafo único no art. 6º é um meio de caminho, entre não poder contingenciar nada ou, por uma emenda supressiva, virmos cair os arts. 6º, 7º e 8º. Penso que tem de haver uma compreensão, na busca da governabilidade. Vamos pensar no Brasil de 93/94 e deixar para depois o pensamento do Brasil de 95, com candidaturas à Presidência da República.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Epitacio Cafeteira. Gostaria de dizer que, nessa apreciação preliminar da questão, preocupam-me, também, as distorções do orçamento. Não falo aqui, nem como um dos organizadores, nem como relator, nem com relator-geral, repito, mas sim como uma pessoa que destacou e acompanhou, no último dia, fazendo justiça aos trabalhos aprovados por todas as Lideranças políticas. Os critérios foram corretos, conforme o estabelecido por todas as Lideranças, com relação aos destaques e dentro das disponibilidades. No caso da nossa Bancada, uma vez fixado o critério para cada parlamentar, isso foi distribuído por cada Bancada em função de sua base parlamentar.

Foi um trabalho criterioso com relação ao que havia em disponibilidade. O meu pronunciamento não se atém, certamente, a esse ponto; é apenas preliminar, mas não poderia deixar de fazer justiça ao trabalho de todas as Lideranças naquele encerramento, com relação à apreciação dos destaques.

O Sr. Mauro Benevides — Senador Aluizio Bezerra, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Aluizio Bezerra, realmente ofereço meu testemunho de que, ao término daquele fim de semana, V. Ex^a cientificou a Liderança de sua Bancada de que o critério adotado pelos integrantes daquele órgão colegiado do Congresso Nacional era exatamente distribuir uma importância, em torno de 1 bilhão e 100 milhões, entre os partidos, e os seus representantes aquinhoados daquela forma. A informação que passo a dar a V. Ex^a e à Casa é a de que, a cada ano, com as críticas que surgem à Comissão Mista de Orçamento, as Lideranças das duas Casas deverão estabelecer idéias centrais que possam justificar uma reformulação global da Comissão Mista de Orçamento, a começar pela redução do seu número de integrantes que, sendo realmente de 120, acarreta uma série de problemas, inclusive para a realização das suas sessões normais. Pelo que pressinto, sem desejar antecipar qualquer conclusão, porque a Comissão sequer foi constituída até agora, para promover essa reestruturação, reformulando a Resolução nº 1, é de que esse número seria reduzido de 120, provavelmente, para 60 e, dentro dos critérios que fluiriam desse entendimento, estaria aquele que limitaria o teto de emendas para cada um dos Srs. Senadores ou Deputados. Portanto, já se busca, nesse instante, um aprimoramento no funcionamento da Comissão Mista de Orçamento. Se aqui e ali podem ser registradas distorções ou interpretações equivocadas, há uma preocupação dos Presidentes das duas Casas e das Lideranças no sentido de escoimar, do funcionamento da Comissão, qualquer coisa que possa dar lugar a interpretações que atinjam, de certa forma, a imagem do Congresso Nacional. No que tange a posição de V. Ex^a, posso lhe dizer que fomos, no momento próprio, advertidos de que deveríamos apresentar com urgência um critério de aproveitamento daquelas dotações que V. Ex^a então quantificou, na ocasião, fazendo com que, pelo contato da Liderança e, sobretudo, de V. Ex^a, pudéssemos exatamente utilizar aqueles recursos. Era a informação que eu desejava dar à Casa, sobretudo, corroborando com a manifestação inicial de V. Ex^a

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Mauro Benevides.

Houve uma informação espontânea dos trabalhos, uma vez que não havia uma designação específica para essa atuação. Acompanhando os trabalhos, portanto, informei à Liderança e a todos os Senadores do nosso Partido para que tomassem as medidas necessárias. Informei àqueles que estavam em Brasília e aos ausentes, através dos gabinetes, no sentido de não perder o recurso destinado à sua Bancada em cada Estado.

Queria me referir a essas observações, fazendo justiça àqueles que concluíram os trabalhos na Comissão de Orçamento com relação aos destaques, e tão-somente a eles, porque, com relação ao orçamento global, temos muitas posições, inclusive de críticas à estrutura orçamentária hoje, até porque, a partir do orçamento, pode-se fazer um trabalho voltado para a correção não somente das distorções do próprio orçamento, mas as do desenvolvimento regional.

O Sr. Amir Lando — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALUIZIO BEZERRA — Concedo um aparte ao nobre Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando — Nobre Senador Aluízio Bezerra, li, ontem, com atenção, as declarações de V. Ex^a e lamento que não tenha estado aqui quando do meu discurso. Quando me referi às questões relativas ao orçamento, não fiz nada de novo neste País! Aliás, fiz, talvez, um exercício sobre o óbvio. O que disse ali todo mundo conhece e está escrito no meu relatório da CPI, no Capítulo X, sob o título "O Ciclo Orçamentário". Farei um pronunciamento mostrando ponto por ponto. Fiz, efetivamente, uma crítica, não citando o nome de V. Ex^a ou de quem quer que seja no meu discurso, e os que estavam aqui e os Anais serão testemunhas. Apenas disse, pelo que foi noticiado nos jornais e pelo que fui informado pelo meu Líder, que a distribuição dos destaques seria feita de forma equitativa por parlamentar. Ou seja, cada parlamentar teria mais ou menos direito a ter alguns destaques, num valor que era exatamente o destinado ao Partido, dividido pelo número dos seus Membros. Então, cada um, por igual, teria uma verba consignada para atender a projetos, que eram projetos pequenos, sobretudo os meus, apresentados por alguns prefeitos de Rondônia. De modo que não fui leviano, nobre Senador, talvez tenha sido leve, lhano, porque tenho dados para discutir essa questão do Orçamento. Ora, quem, que já foi governador ou prefeito de alguma cidade do Brasil, não recebeu representantes de empreiteiras com um pacote feito, dizendo exatamente o que queria construir, apenas solicitando o aval para tomar todas as providências, desde a consignação de verbas no Orçamento até a execução final das obras? Ora, Srs. Senadores, não vamos aqui erigir um monumento à hipocrisia. Não vamos aqui, mais uma vez, erigir um monumento à mentira. A verdade é a única coisa que temos que preservar neste momento. Sempre fui verdadeiro, assim agi em toda minha vida parlamentar e o que eu disse não é motivo, evidentemente, para melindres de quem quer que seja. Não entrei em detalhes, apenas verifiquei, lendo exatamente esse resumo dos destaques, que existem Parlamentares que tiveram consignadas nos destaques verbas expressivas, tanto no que se refere aos Srs. Deputados Federais como no que se refere aos Srs. Senadores, mas não citei nome de ninguém. V. Ex^a poderá fazer uma apreciação, mas não aceito qualquer insinuação de V. Ex^a. Fui lhano e não leviano, mas posso descer a detalhes e, aí, pesar na verdade. Era isso o que tinha a dizer a V. Ex^a e o que tinha a consignar.

O SR. ALUIZIO BEZERRA — Senador Amir Lando, recolhi do jornal as declarações atribuídas a V. Ex^a, deixei passar um dia e, como não tomei conhecimento de nenhuma declaração contrária, concluí que V. Ex^a estava assumindo o que o jornal declarou. Mas o que estava no jornal não corresponde à verdade. Lá, V. Ex^a disse que determinados Estados menores teriam tido recursos bem maiores, o que realmente não aconteceu. O que houve foi que, ao final dos trabalhos da Comissão de Orçamento, como disse o nosso Líder, foi transmitido para todos — e eu acompanhava os trabalhos, não porque tinha tido uma designação especial, mas como parte interessada nos destaques, como também faziam muitos outros Senadores e Deputados — que o PMDB tinha fixado o critério de distribuição de destaques em função do peso de cada Bancada. Assim, o Acre, que tem uma Bancada de seis, teria o multiplicador seis; a Paraíba, que tem seis, teria também o multiplicador seis, e assim por diante,

cabendo à cada Bancada a escolha das prioridades a serem indicadas. E, nas Bancadas, distribuía-se em função do que tivesse destaque, porque é uma exigência regimental. Tanto que o Senador César Dias, no caso de Roraima, não tendo emenda destacada na sua Bancada, designou para outras Bancadas dentro do PMDB.

É importante que tenhamos o conhecimento objetivo dessas questões e de quais os critérios adotados pela Bancada naquele dia do destaque. Temos que tomar conhecimento prático e objetivo, antes de fazermos declarações sem o devido conhecimento de causa, que podem acarretar na imprensa questões distorcidas com relação àquilo que foi decidido, em reuniões que se prolongaram até às 3 horas da manhã, por todos que lá estavam.

Não estou aqui fazendo uma defesa do Orçamento, nem do trabalho dos Relatores Adjuntos nem do Relator Geral, porque não participei desses trabalhos. Estou fazendo justiça àqueles que trabalharam no último dia, tão-somente levando em conta os critérios objetivos que serviram de base, e sobre os quais não cabe distorção, porque foram critérios práticos que foram adotados.

O Sr. Elcio Alvares — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALUIZIO BEZERRA — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Elcio Alvares — Nobre Senador Aluízio Bezerra, é evidente que o discurso de V. Ex^a segue uma trilha diferente do que vou colocar agora em meu aparte, mas faço isso em razão exatamente de um programa de televisão do qual participei ontem, *O Jornal de Amanhã*, da TVE. Fiquei impressionado, e esta Casa não pode desconhecer esse ponto, com o volume de críticas, através de telefonemas, que foram feitas ao Senador Mansueto de Lavor, um homem de mais alta credibilidade aqui no Senado da República. Por que foram feitas essas críticas? Ontem, o Senador Mansueto de Lavor teve a coragem cívica de contar a história do Orçamento. A partir daí, houve um grande número de telefonemas, de pessoas das mais variadas partes do País, colocando todos nós, Senadores e Deputados, numa posição profundamente desconfortável. Era a opinião pública brasileira que estava falando naquele momento, perguntando por que arranjamos no Orçamento verbas para pagar os nossos subsídios e não arranjamos para os funcionários. Evidentemente, eram assuntos inteiramente distorcidos, mas que me deixaram chocado. Falei, em seguida ao Senador Mansueto de Lavor, de maneira objetiva, direta, tentando fazer algumas colocações, porque o Senador Mansueto de Lavor, fiel à verdade da Comissão, fez um relatório, inclusive concluindo que o Orçamento é sempre uma obra de ficção. Isso provocou uma reação tremenda, porque entende a opinião pública que, realmente, a Comissão de Orçamento não vem correspondendo à expectativa nacional, haja vista que até agora, final de março, não temos ainda o Orçamento votado. O Senador Mansueto de Lavor explicou que houve mudança de situação política, alteração de tudo quanto é ordem, mas não convenceu. Então, acho que, neste momento, em que o Senado da República e a Câmara dos Deputados têm-se empenhado ao máximo em dar credibilidade à nossa atividade parlamentar, esta Comissão de Orçamento não pode continuar mais como está, sob pena de, perante a opinião pública brasileira — e, agora, lamentavelmente, com esse atraso —, pagarmos um tributo que nós não merecemos. A imagem que me ficou ontem, durante

os debates do programa de televisão, é que cada Deputado e cada Senador era um marginal perante a opinião pública, no momento em que se tratava das finanças nacionais. Isso é muito grave. Não entro no mérito — estou falando isso com muita lealdade —, creio que a posição de V. Ex^a é uma posição que está sendo inteiramente justificada. Achei que o discurso do Senador Amir Lando, na ocasião, brotou, evidentemente, da sua irresignação no momento em que percebeu que Rondônia não tinha sido contemplada com as verbas que S. Ex^a queria, mas não podemos fugir do grande debate. Ou esta Casa se propõe a modificar a Comissão de Orçamento — e eu já passo a me perfilhar numa corrente que defende a devolução das prerrogativas para as comissões técnicas para que, depois, uma Comissão mais reduzida apenas dê forma a esse Orçamento — ou ficaremos eternamente no pelourinho da opinião pública, conforme tive o desprazer, ontem, de ouvir. Digo isso porque gosto do Senador Mansueto de Lavor, pela sua autenticidade, pelo seu modo de dizer o que está pensando. S. Ex^a foi profundamente sincero, ocupou dois blocos do programa e não vi um só elogio. Todas as críticas foram no sentido de colocar os Senadores e Deputados como elementos que querem apenas cuidar dos seus interesses, cuidar dos interesses das empresas com quem têm ligações, e isso é terrível para nós. Então, neste momento, quero dizer a V. Ex^a que sou um dos que vai se perfilhar no movimento de que a Comissão de Orçamento não pode continuar mais como está, porque a idéia que se tem — isso sou eu que estou dizendo, não são apenas os jornais — é que, realmente, a Comissão de Orçamento não está respondendo à altura àquilo que é reivindicação nacional: um Orçamento inteiramente isento. Nessa demora, lamentavelmente, existiram fatores positivos — o Senador Mansueto de Lavor foi claríssimo na sua exposição —, mas isso não está convencendo o povo brasileiro. Então, neste momento em que V. Ex^a traz o assunto à baila, respeito a posição do Relator. Acredito que o Deputado Messias Góis também tenha se empenhado a fundo para que os trabalhos transcorressem bem, mas vai ficar um peso nas costas deste Congresso: o atraso no orçamento. Pior ainda, todos os funcionários públicos e todos os aposentados, depois do pronunciamento da Liderança, da reunião de ontem, ficaram com a idéia de que subtraímos exatamente as verbas que iriam contemplá-los, sem dar explicação alguma. Achei, politicamente, muito mal conduzido o assunto. Tive oportunidade de dizer que funcionário público e aposentado, aqui nesta Casa, tem sempre um tratamento privilegiado com urgência, urgentíssima, e que não faltaríamos a esse compromisso. Mas, o volume de telefonemas foi fazendo com que ficássemos numa posição muito delicada e vendendo a imagem de que estamos trabalhando em nosso favor para garantir os nossos subsídios e sermos contrários aos aposentados e funcionários públicos. Senador Aluizio Bezerra, V. Ex^a é figura proeminente da Comissão de Orçamento, V. Ex^a que conhece realmente aquela Comissão, devo dizer que não tenho qualquer preconceito contra a Comissão de Orçamento. No PFL, já externei minha posição ao meu Líder Marco Maciel e, em virtude do volume de pressões e das colocações que estão sendo feitas inteiramente à nossa revelia sobre o conceito da Comissão de Orçamento, tenho me furtado de a ela pertencer. Mas quero dizer, neste momento, com esse registro enfático, que fui testemunha ao vivo, ao nível de uma emissora de televisão nacional, de determinados momentos que não foram agradáveis e não foram, de maneira alguma, saudáveis para o Congresso brasileiro.

Penso que as lideranças de todos os partidos, neste momento, têm que se empenhar para que a Comissão de Orçamento não continue sendo alvo de críticas, talvez algumas justas, outras injustas, mas, na verdade, a mecânica desse funcionamento não está agradando.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nobre orador, Senador Aluizio Bezerra, pediria que V. Ex^a últimasse suas considerações pois há outros oradores inscritos e V. Ex^a já está ultrapassando de muito o seu tempo.

O SR. ALUIZIO BEZERRA — Senador Elcio Alvares, considero importantes as formulações aqui trazidas por V. Ex^a, mas gostaria de fazer uma retificação. Não ocupei nenhum posto na Comissão de Orçamento, seja de relator parcial ou de relator geral da Comissão de Orçamento. Disse aqui que fazia esse pronunciamento tão-somente como pessoa que acompanhava os destaques na Comissão de Orçamento pela nossa bancada e fiz justiça ao último trabalho da Comissão dentro dos critérios preestabelecidos.

Com relação à Comissão de Orçamento em si, pessoalmente tenho muitas críticas a fazer que vão muito ao encontro das posições de V. Ex^a. O meu Estado foi extremamente prejudicado nessa questão. Hoje, por exemplo, um Estado como o nosso tem, em termos de investimento de energia, menos de 100 megawatts de energia instalada. Essa é uma quantidade de energia muito reduzida para o desenvolvimento porque desenvolvimento se mede pela quantidade de energia usada no Estado.

No que diz respeito ao número de quilômetros asfaltados nas rodovias de nosso Estado, podemos dizer que é insignificante e qualquer outro Estado da federação, mesmo os menores, possui maior número de quilômetros asfaltados. Além disso, Sr. Presidente, não há investimentos no orçamento para ampliar estradas prioritárias como a BR-364 que faz a unidade política administrativa.

Tenho muitas críticas, também, com relação ao orçamento, com a modalidade, com a estrutura, com a sua concepção global, o orçamento como instrumento capaz de resolver, não somente as distorções de sua própria estrutura, mas o orçamento como mecanismo para resolver as distorções do desenvolvimento regional e do desenvolvimento do País. Mas não estou tratando dessas questões globais.

O que trato nesse pronunciamento é tão-somente dos critérios objetivos do último dia de reunião, dos destaques, porque se a coisa está escrita como “a”, não se pode ler “b”.

Então, somente com relação a essas questões é que me referi, fazendo justiça àqueles que participaram naquele final de reunião com relação aos meios disponíveis. Então, com relação ao orçamento como estrutura global, concordamos com V. Ex^a e concordamos com a opinião pública também.

Sr. Presidente, antes de encerrar meu pronunciamento — eu gostaria de dizer que essas eram apenas considerações preliminares —, um outro assunto que me traz à tribuna é “A Biodiversidade: Amazônia e Desenvolvimento”.

Trago algumas questões importantíssimas que dizem respeito ao avanço da pesquisa científica e que podem contribuir enormemente para o nosso desenvolvimento. Trata-se, inclusive, da descoberta das moléculas ativas, encontradas como parte do banco genético da nossa biodiversidade extraordinária, tanto no campo das plantas, que tem resultado na área de medicamentos, como o exemplo da pimenta longa, e alguns outros produtos descobertos que podem entrar largamente no mercado.

Sr. Presidente, encerrando meu pronunciamento gostaria de ressaltar a importância da Universidade Pan-Amazônica, criada pelo Parlamento Amazônico, voltada para a pesquisa científica com relação aos estudos aprofundados no campo da biodiversidade na Região Amazônica.

Trarei, Sr. Presidente, a esta Casa alguns exemplos concretos e recentes sobre a pesquisa realizada na nossa região pela Universidade Pan-Amazônica, a partir do momento em que ela foi totalmente instalada, isso será um trabalho do Parlamento Amazônico na sua V Assembléia, a realizar-se, em Brasília, neste plenário, de 10 a 14 de maio, quando iremos avançar, discutir e debater questões de interesse amazônico e nacional, bem como de todos os países que formam a Bacia Amazônica.

Biodiversidade, Amazônia e Desenvolvimento: Um Exemplo Prático.

Há questões que são de primeira importância para o desenvolvimento da Amazônia. Uma delas, central, é a de um projeto de geração maciça e urgente de empregos. E, junto com isso, soluções de fundo para a questão sanitária, de escolas e moradia para todos. Em suma, um projeto de desenvolvimento produtivo e social.

Mas nós também temos nos batido, desta tribuna, e vamos continuar nessa linha, pela defesa e valorização da pesquisa e da biodiversidade amazônica, um ponto que tem muita importância dentro dos marcos de um projeto de desenvolvimento regional.

A poucos meses da realização da V Assembléia do Parlamento Amazônico, que vai tratar e deliberar (a nível dos oito países amazônicos) sobre problemas relativos à região, relativos à Eco 92, evidentemente esse assunto, da biodiversidade, passa a um primeiro plano.

O recente exemplo de uma planta de enorme potencial econômico para o país, e que acaba de ser redescoberta dentro da nossa Amazônia, através da pesquisa, vem completamente a favor dessa preocupação, completamente a favor dessa preocupação, completamente a favor de que seja dado todo o apoio possível à tecnologia dos produtos naturais amazônicos. E à imperiosa necessidade de uma política de controle da biodiversidade. Nós não temos a menor dúvida de que o des- controle atual favorece, pura e simplesmente, às potências industriais.

Vamos tomar o exemplo daquela planta. Estamos falando da pimenta longa, cientificamente conhecida como *Piper hispidinervium*. Quem é da nossa região conhece essa planta, esse tipo de pimenta bem rústica, que dá em qualquer lugar, que cresce rápido e de cuja riqueza quase ninguém suspeitava.

Pois bem, o Museu Goeldi, que vem fazendo um levantamento químico das plantas aromáticas da Amazônia, acaba de descobrir que essa pimenta é riquíssima em safrol. Tem uma concentração de quase 100% de safrol. E o safrol é uma substância biodegradável muito importante para a fabricação de inseticidas agrícolas.

Sendo que atualmente, o Brasil é importador de safrol, que estamos comprando na longínqua China. E, no entanto, ali, na Amazônia, o safrol está disponível através de uma planta extremamente rústica, que pode se desenvolver bem em qualquer tipo de solo, mesmo naqueles mais destruídos, desgastados pelas pastagens, até pelo garimpo. Em outras palavras, o Brasil pode, perfeitamente, partir para a auto-suficiência em termos de uma matéria-prima da maior importância para a produção de insumos agrícolas. Podemos partir

também para a exportação, afinal existe um mercado mundial de mais de duas mil toneladas/ano.

E tem mais: a pimenta longa contém muito maior concentração de safrol do que a árvore — uma árvore conhecida como sassafrás — de onde se costuma extrair essa matéria-prima. Com a vantagem adicional de que essa pimenteira rústica, que não exige solo, nada, atinge a idade de corte no tempo rapidíssimo de oito meses se compararmos com a árvore, com o sassafrás, que leva vinte anos para alcançar a idade de corte! Não vai ser preciso nem derrubar nenhuma árvore, nem esperar vinte anos para que ela cresça e produza seu óleo essencial!

Outra qualidade é que se trata de uma planta de grande importância ecológica, perfeitamente dentro da linha do desenvolvimento autosustentável: a pimenta longa, ao mesmo tempo em que cresce, produz; ela recupera áreas devastadas, inclusive áreas devastadas até pelo garimpo. Tudo isso a partir de um vegetal que na nossa região é tido como um mato, uma planta a mais.

Quem é da nossa região conhece essa planta, esse tipo de pimenta bem rústica, que dá em qualquer lugar, que cresce rápido e de cuja riqueza quase ninguém suspeitava.

Pois bem, o Museu Goeldi, que vem fazendo um levantamento químico das plantas aromáticas da Amazônia, acaba de descobrir que essa pimenta é riquíssima em safrol. Tem uma concentração de quase 100% de safrol. E o safrol é uma substância biodegradável muito importante para a fabricação de inseticidas agrícolas.

Sendo que atualmente, o Brasil é importador de safrol, que estamos comprando na longínqua China. E, no entanto, ali, na Amazônia, o safrol está disponível através de uma planta extremamente rústica, que pode se desenvolver bem em qualquer tipo de solo, mesmo naqueles mais destruídos, desgastados pelas pastagens, até pelo garimpo. Em outras palavras, o Brasil pode, perfeitamente, partir para a auto-suficiência em termos de uma matéria-prima da maior importância para a produção de insumos agrícolas. Podemos partir também para a exportação, afinal existe um mercado mundial de mais de duas mil toneladas/ano.

E tem mais: a pimenta longa contém muito maior concentração de safrol do que a árvore — uma árvore conhecida como sassafrás — de onde se costuma extrair essa matéria-prima. Com a vantagem adicional de que essa pimenteira rústica, que não exige solo, nada, atinge a idade de corte no tempo rapidíssimo de oito meses se compararmos com a árvore, com o sassafrás, que leva vinte anos para alcançar a idade de corte! Não vai ser preciso nem derrubar nenhum árvore, nem esperar vinte anos para que ela cresça e produza seu óleo essencial!

Outra qualidade é que se trata de uma planta de grande importância ecológica, perfeitamente dentro da linha do desenvolvimento autosustentável: a pimenta longa, ao mesmo tempo em que cresce, produz; ela recupera áreas devastadas, inclusive áreas devastadas até pelo garimpo. Tudo isso a partir de uma vegetal que na nossa região é tido como um mato, uma planta a mais.

Com tudo isso, queremos chamar a atenção para o grave problema da biodiversidade. Das patentes. A pimenta longa faz parte como é óbvio, do banco genético amazônico, da bio-riqueza amazônica. Além de ter sido redescoberta a partir da pesquisa no campo dos produtos naturais amazônicos (do

permanente e valioso trabalho do Museu Goeldi). Mas o que é que pode acontecer daqui a pouco?

Pode acontecer o que tem acontecido com tantas e tantas outras descobertas que foram feitas em cima desse mesmo manancial biológico, em cima de vegetais, de animais da Amazônia. As descobertas dão origem a produtos que são transformados em medicamentos, em inseticidas, em insumos, em drogas, em suma, em biotecnologia, mas cujos dividendos são sistematicamente drenados para fora da Amazônia.

Bilhões de dólares circulam pelo mundo a partir de produtos finais elaborados em cima do bioma amazônico, da flora amazônica. — uma flora cuja riqueza (como se vê no exemplo que estamos mostrando) não pára de nos surpreender, não pára de mostrar que tem capacidade para alavancar desenvolvimento, muito desenvolvimento. Quem não lembra de outros exemplos como o do curare, do jaborandi da baunilha?

Assim como a pimenta longa, inúmeras plantas medicinais estão sendo pesquisadas e/ou levadas para as metrópoles das potências industriais. Todos os dias eles estão isolando princípios ativos, drogas, que se transformam em remédios.

Recentemente tivemos aquela notícia (em fins do ano passado) a respeito de um pesquisador norte-americano que isolou uma nova substância química da pele de um sapo amazônico, e que é 200 vezes mais eficaz que a morfina, contra a dor. Duzentas vezes! Saiu em edição da *Manchete* de novembro último. É um sapo que existe no Equador. E agora me permito fazer a inevitável pergunta: quem vai monopolizar e lucrar com essa droga (a enibatidina) extraída do sapo equatoriano? Será o Equador? Será a Amazônia? Certamente não. Esse é o problema.

Provavelmente vai acontecer o mesmo que aconteceu com a baunilha amazônica, usada como essencial pela indústria multinacional sem ônus, sem *royalties*... sem nada, a fundo perdido para nós.

É preciso encontrar fórmulas de defesa da nossa economia. Para impedir, por exemplo, que a pimenta longa, ou o sapo equatoriano, ou o germoplasma amazônico, em geral, continue sendo transformado em fonte de biotecnologia lá fora, pelos grandes monopólios industriais internacionais, sem que um centavo de dólar entre nos cofres públicos amazônicos. Em um processo de puro usufruto a fundo perdido. Usufruto da riqueza dos mais pobres (a biodiversidade) em função, pura e simplesmente, da acumulação de riqueza das potências industriais mundiais.

Em 1991 propusemos no Parlamento Amazônico, a criação de um fundo para o desenvolvimento amazônico, baseado na cobrança de *royalties* sobre o uso das riquezas biológicas da Amazônia. Temos que apontar nessa direção.

(Il faut parler sur cette chose.)

Particularmente agora, quando estamos em plenos preparativos para a V Assembléia do Parlamento Amazônico, a mais importante reunião desse nosso Parlamento desde a Eco-92. Acreditamos e vamos contribuir para que esse outros temas afins sejam amplamente debatidos e deliberados naquele fórum privilegiado das 8 nações da Bacia Amazônica.

E reiteramos, desde já, nosso apelo a todos os setores progressistas do nosso país, do bloco de países da Bacia Amazônica, da América Latina, para esse problema, que é grave, que vem se avolumando. Que é o problema de uma imensa riqueza natural, não-renovável, mas que vem sendo sistematicamente dilapidada.

A nosso deve ser encontrada alguma forma de controle sobre essa riqueza, e um caminho são os *royalties* sobre o

uso da nossa riqueza biológica. É preciso que seja criado um fundo, a partir de *royalties* sobre as essências amazônicas, por exemplo, um fundo que seja democraticamente controlado pela sociedade, e voltado para projetos sociais, para o incentivo às formas de produção cooperativa, às pequenas indústrias de transformação local da matéria-prima.

Cresce a consciência, em vários setores, de que essa questão da biodiversidade não é uma questão isolada. Nela, na verdade, estão se refletindo relações e mecanismos neocoloniais que operam sobre o conjunto da economia dos países amazônicos e latino-americanos. Não foi por acaso que os EUA se recusaram terminantemente a assinar, na Eco-92, a Convenção da Biodiversidade. E é nesse sentido, partindo de todas essas considerações, que temos que ampliar o debate, engajar a sociedade nesse debate.

Não se pode fugir disso. Não se pode continuar discutindo sobre a Amazônia, sobre o maior banco genético do mundo, sem se considerar, e muito seriamente, essa questão da biodiversidade, do controle nacional sobre a riqueza nacional. E do controle regional sobre a riqueza regional.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, muita gente considera provincianismo tratar de assuntos que não tenham ocorrido no Rio de Janeiro ou em São Paulo. A questão que trago, hoje, à tribuna desta Casa corre o risco de ser vista por esse ângulo: como mais uma disputa provinciana ocorrida na velha Bahia onde o folclore político brasileiro foi buscar tantas e tantas histórias para contar.

O fato que tenho a narrar, entretanto, é muito grave e diz respeito a um tema que tem sido motivo de minha preocupação constante no Senado: a necessidade de democratizar os meios de comunicação no Brasil.

A esse propósito, apresentarei, dentro em breve, muito provavelmente na próxima semana, um projeto de lei sobre concessões de canais de televisão. É um desafio para esta Casa discutir e legislar sobre um problema que muitos prefeririam ignorar, mas que precisa urgentemente ser enfrentado e solucionado.

No meu Estado, temos uma *avis rara*, um exemplar de homem público que deveria deixar seu cérebro para estudo dos cientistas do futuro, quando, enfim, talvez pudéssemos saber o que o move para a prática de tantos atos inqualificados.

Sob orientação desse cidadão, a TV Bahia, concessionária pública, coroando uma série de atitudes injustificáveis contra a Prefeitura de Salvador, chegou ao cúmulo de vetar a divulgação de uma matéria paga da Prefeitura que fazia um balanço do carnaval baiano.

A empresa televisiva só aceitaria divulgar o informe publicitário se dele fosse retirada a informação sobre o valor que o Governo do Estado havia despendido nos festejos carnavalescos. Como a Prefeitura não concordou em censurar o texto, a TV Bahia simplesmente recusou-se a divulgar a matéria toda.

Mas por que, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não podia chegar ao conhecimento do público quanto o Governo do Estado havia gasto com o carnaval? Porque o Governador, sempre abusando das inverdades e utilizando o seu poderoso veículo de comunicação, vinha propagando ser ele, exclusiva-

mente, o responsável pelo êxito do carnaval da Bahia. A divulgação do total das despesas do carnaval, e de quem efetivamente pagou a maior parte da conta, iria desmitificar essa propaganda enganosa.

O fato inusitado, que representa um grave desrespeito do Governador à própria população baiana, fez com que o Secretário da Comunicação Social da Prefeitura de Salvador, Dr. Domingos Leonelli, além de acionar a Procuradoria Municipal para o recurso à Justiça, enviasse uma carta ao Dr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, narrando o episódio e protestando contra a atitude antidemocrática da TV Bahia.

O texto da carta, que transcrevo para que conste dos **Anais do Senado**, é o seguinte:

“Ilmo. Sr.

Dr. Barbosa Lima Sobrinho

DD. Presidente da Associação Brasileira de Imprensa

Rio de Janeiro — Brasil

Sr. Presidente,

A liberdade de imprensa pela qual tanto lutamos, inclusive sob a sua competente liderança, vê-se, crescentemente, ameaçada pela manipulação arbitrária, falsificadora e massacrante de alguns meios de comunicação.

O monopólio representado pela onipresença de redes de televisão e a vinculação das sub-redes regionais a forças políticas que receberam canais de TV e rádio como prêmios de sua subserviência, evidenciam uma nova forma de pressão política. A Bahia é um triste exemplo desse processo.

Sabe V.Sª que é difícil incluir as questões políticas situadas fora do eixo Rio-São Paulo-Brasília no plano dos problemas nacionais. As elites dominantes brasileiras, inclusive suas extensões nordestinas, consolidam a idéia de que tudo que acontece fora deste eixo tem significado meramente paroquial.

E assim como falar do sofrimento do povo era tido como demagogia, agora, a denúncia da violência dos monopólios tende a ser considerada como folclore.

Fenômeno semelhante ocorreu com o conceito da honestidade: era motivo de chacota nos restaurantes da moda em Brasília.

A juventude brasileira juntou-se aos trabalhadores e ao que resta de digno no mundo político e derrubou o modelo da eficiência corrupta, da modernização subserviente. É isso que nos anima.

É realmente difícil, Sr. Presidente, descrever com precisão a terrível sensação de angústia, impotência e revolta diante da manipulação inescrupulosa de um meio de comunicação tão poderoso como a TV Bahia, afiliada da Rede Globo.

George Orwell não poderia ser mais profético.

A TV Bahia que durante a campanha eleitoral, e depois, já havia atropelado inúmeros artigos da Legislação Eleitoral e da Lei de Imprensa, e por isso está sendo processada, vem atacando diariamente uma administração que tem apenas 80 dias de existência.

Não são críticas referentes a ações administrativas. Não são sequer protestos oposicionistas, ainda que inadequados para um meio de comunicação. São falsifica-

ções da realidade. Ações políticas visando impedir o estabelecimento de medidas moralizadoras e de maior eficácia ao poder público.

E o pior de tudo: não se trata de formular críticas a possíveis erros, mas sim de tentar impedir o acerto. Impedir o adversário de acertar na gestão da coisa pública. Esta, a inversão ética mais grave, mesmo que a TV Bahia fosse um partido político.

Só na área dos transportes coletivos temos dois exemplos gritantes. O primeiro no que se refere às tarifas. A Prefeitura de Salvador, adotando um procedimento governamental reclamado pelo empresariado de todo o Brasil, ditou regras claras iguais e razoáveis: reajuste em dia certo, o primeiro de cada mês, no limite da inflação. A TV Bahia, que nunca antes se ocupara do tema aumento de transporte, mesmo quando a tarifa de Salvador era das mais altas do País, parte para a falsificação pura e simples dos fatos. Afirma que a tarifa de Salvador era a terceira mais cara do Brasil, quando, na verdade, estava em décimo quarto lugar.

A Prefeitura solicitou direito de resposta, nesse caso, formalmente, à Justiça.

A TV Bahia continuou a martelar o tema, tentando convencer a população de Salvador que a Prefeita Lídice da Mata está fazendo o que nunca fez antes: conceder reajuste nas tarifas.

Outro exemplo são os passes escolares de meia passagem, cujo processo de distribuição tem sido claramente manipulado de forma irregular e corrupta. A Prefeitura, neste caso, tentou o óbvio: personalizar o passe em nome de cada estudante usuário do sistema.

A TV Bahia abriu seus espaços para uma liderança estudantil absolutamente minoritária e de baixíssima representatividade, para a veiculação da mentira total e absoluta de que a Prefeita de Salvador pretendia acabar com os passes escolares.

Vale dizer que neste caso a TV Bahia foi vitoriosa: a personalização acabou sendo objeto de negociação, desta vez, com as verdadeiras entidades estudantis, somente para o próximo ano.

Culminando este processo cotidiano de mistificação e perseguição política, do qual dezenas de outros exemplos poderiam ser citados, a TV Bahia adotou atitude que agride o art. 220 da Constituição Federal e que violenta as mais comezinhas normas de convivência entre os meios de comunicação e o Poder Público. Referimo-nos à recusa de veiculação, precedida de tentativa de prática de censura prévia, de uma matéria publicitária de 90 segundos, em que a Prefeitura Municipal de Salvador presta contas de sua atuação no carnaval e abre um canal de comunicação com o público para o carnaval de 94.

Importante salientar que a matéria publicitária não tem nenhum caráter político ou promocional e que não contém sequer uma fala da Prefeita Lídice da Mata. A matéria reconhece, honestamente, o papel do Governo do Estado tanto no plano financeiro como no da segurança, com a eficiente ação da Polícia Militar.

O trecho da peça, objeto da tentativa de censura, é o que se refere à composição geral dos custos do carnaval, que representou um investimento superior a 2,5 milhões de dólares, contando com a participação

da iniciativa privada (US\$370,000) e do Governo do Estado (US\$400,000).

Recusando o acatamento à proposta da censura, a TV Bahia consumou a recusa da matéria publicitária a ser paga a preço de tabela.

Como pode V.S^a verificar pelo roteiro da matéria publicitária, o que se nega à Prefeitura de Salvador, no canal da TV que representa mais de 70% de audiência, é o direito à informação, depois de sonegados os direitos de resposta solicitados pela assessoria de imprensa.

Resta-nos, é claro, o caminho da Justiça. Vamos trilhá-lo, embora com a consciência de que o seu início é na própria Bahia, onde o Governador Antônio Carlos Magalhães exerce o cargo pela terceira vez em 30 anos de domínio quase absoluto.

Vamos enfrentar a poderosa articulação do poder público estadual — inclusive com o seu peso econômico — com o poder da comunicação da maior rede de comunicação do Brasil.

Vamos enfrentar a perversão política contida na tentativa de impedir o adversário de acertar, ao invés de criticar os seus erros.

Queremos contar com outros meios de comunicação — mais livres e corajosos — e, principalmente, com a consciência libertária de nosso povo, representada, inclusive e especialmente, por V.S^a e pela ABI.

Em nome da Prefeita Lídice da Mata, peço-lhe que dê a esta missiva o encaminhamento que julgar conveniente.

A decisão do povo de Salvador, elegendo Lídice da Mata Prefeita de Salvador para fazer um Governo que não rouba e nem deixa roubar será respeitada. Custe o que custar.”

Domingos Leonelli Neto

Transcrevo, ainda, Sr. Presidente, o texto da matéria publicitária que seria lido por um locutor, enquanto apareciam imagens da entrega dos prêmios aos campeões do Carnaval e do trabalho da Prefeitura nos dias da festa, abrangendo limpeza, transporte, decoração, iluminação, postos de saúde etc.

O texto que iria ao ar é o seguinte:

“Com a entrega dos prêmios aos campeões da folia, a Prefeitura de Salvador encerrou, na última sexta-feira, o ciclo do Carnaval de 93.

Mas o grande vencedor do melhor carnaval do Brasil foi o povo de Salvador, com sua alegria e axé.

A Prefeitura fez a sua parte. Eficiente serviço de limpeza e transporte, Elevador Lacerda grátis 24 horas, postos de saúde, decoração, iluminação, palcos fixos nos bairros e a contratação de um grande número de músicos da terra.

A maior festa do País custou mais de US\$2,5 milhões dos quais o Governo do Estado contribuiu com US\$400 mil e com a segurança da Polícia Militar.

Pela primeira vez a prefeitura comercializou o espaço da festa para a publicidade e arrecadou o valor correspondente a US\$370 mil, economizando para a sua cidade e para você.

Desde quarta-feira de cinzas a prefeitura começou a trabalhar para que o carnaval de 1994 seja ainda melhor.

E você, que faz a festa com a sua alegria, participe com críticas, sugestões e idéias. Faça sua proposta. Disque Carnaval 156.

Prefeitura de Salvador,
Trabalhando para você.”

Esse foi o texto da propaganda que não foi aceito pela TV Bahia e ainda queria censurá-lo.

Lamentando, mais uma vez que, para esconder a verdade, o nosso Governador viole princípios constitucionais consagrados, como o direito de informação da população e a liberdade de imprensa, espero que desta feita a ação atribulária não fique impune.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Mauro Benevides — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra a V. Ex^a na forma regimental.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB - CE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há cerca de dez dias, o Presidente da República, Itamar Franco, reuniu, no seu gabinete de trabalho, no Palácio do Planalto, os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, os Ministros de Estado da Integração Regional, da Agricultura e do Trabalho, além de Governadores do Nordeste e de lideranças parlamentares no Congresso Nacional, para uma ampla discussão com trabalhadores rurais do quadro angustiante das secas na Região Nordeste.

Naquela ocasião, depois de ouvir uma longa exposição do Presidente da Contag, o Dr. Itamar Franco escutou um a um os governadores com seus planos de trabalho, assim como a nós, representantes do povo brasileiro no Parlamento Nacional. Ao fim de uma discussão de aproximadamente quatro horas, quando todos os aspectos da calamidade foram examinados à exaustão, o Senhor Presidente da República demonstrou, inequivocamente, vontade política para ajudar aquela área geográfica do País da qual V. Ex^a e eu somos representantes nesta Casa Legislativa.

Em decorrência daquela reunião, imediatamente uma outra se realizou no Ministério da Integração Regional, já aí para definir com absoluta precisão os quantitativos que seriam redistribuídos a Estados e Municípios, para que pudessem enfrentar, com essa colaboração federal, uma crise que continua a se agudizar de forma verdadeiramente insuportável.

Apesar de definida a quantia da ordem de US\$180 milhões, representando algo em torno de Cr\$4 trilhões, até o presente momento o **Diário Oficial** da União ainda não publicou a medida provisória, aguardada com extraordinária expectativa por governadores, por prefeitos e por todos nós, Senadores e Deputados da região.

Agora mesmo compulsei com a Assessoria da Mesa o **Diário Oficial** da União, edição de hoje, e, lamentavelmente, ainda não consta a publicação dessa medida provisória. V. Ex^a sabe que, por uma imposição doutrinária, nos insurgimos sempre contra as medidas provisórias, apesar de entendê-las como instrumento constitucional legítimo para, em excepcionalidades, serem utilizadas pelo Senhor Presidente da Repú-

blica. Nesse caso, sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, jurista eminente que é também, que essa medida provisória permite a implementação daqueles pressupostos absolutamente reconhecidos, e acredito que isto ocorrerá de forma indispente: a urgência e a relevância. A urgência, por quê? Porque a crise está aí batendo à porta dos nossos irmãos nordestinos, e a relevância é indiscutível também porque a União não pode cruzar os braços diante desse quadro dramático que se instalou na nossa região.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Mauro Benevides?

O SR. MAURO BENEVIDES — Nobre Senador Ney Maranhão, talvez pela importância do assunto, o Presidente Chagas Rodrigues ofereça interpretação flexível ao Regimento, permitindo, portanto, a intervenção de V. Ex^a

O Sr. Ney Maranhão — Agradeço a paciência e a compreensão do Sr. Presidente. Nobre Senador Mauro Benevides, não podia deixar de solidarizar-me com V. Ex^a Tanto V. Ex^a quanto o Sr. Presidente sabem muito bem que já não podemos esperar. Ontem mesmo, fiz um requerimento de informação à Chefia da Casa Civil solicitando justamente algo em torno desse assunto. Sabemos que o sertanejo, quando se exaspera, quando perde a esperança, é algo muito grave. Quero me congratular com V. Ex^a e tenho certeza de que, diante da sensibilidade do Presidente da República, com o comando, no Ministério da Integração Regional, do Senador Alexandre Costa, que conhece muito bem os problemas do Nordeste, e do Superintendente da SUDENE, rapaz moço, mas com uma experiência também muito longa, haverá uma solução. Parabéns a V. Ex^a por esse pronunciamento.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato ao nobre Senador Ney Maranhão, que empresta a sua solidariedade de nordestino a este apelo que fazemos, neste instante, ao Presidente Itamar Franco e ao Ministro Alexandre Costa, no sentido de que diligenciem, no menor espaço de tempo possível, a publicação, no *Diário Oficial da União*, já na próxima segunda-feira, dessa medida provisória, a fim de que ela tenha o trâmite urgentíssimo aqui no Congresso Nacional, com a designação da Comissão Mista para manifestação inicial da admissibilidade e, em seguida, a apreciação no mérito dessa medida, cuja publicação esperamos que ocorra na segunda-feira.

Portanto, a minha presença, neste instante, Sr. Presidente — antecedendo a minha ida ao Ceará, onde pretendo visitar alguns municípios mais acossados pelo flagelo — é exatamente para interpretar um sentimento, não apenas do meu Estado, mas das outras unidades federadas da região, para que o Presidente Itamar Franco, que demonstrou, de forma muito positiva, a vontade política de atender à Região Nordeste, determine, em perfeita consonância com o Ministério da Integração Regional, a edição dessa medida provisória. Acredito que, no prazo máximo de cinco dias, o Congresso brasileiro responderá presente ao angustioso apelo dos nossos irmãos nordestinos.

Esta, portanto, é a justificativa para a minha presença, na manhã de hoje, na tribuna do Senado Federal utilizando o espaço regimental da breve comunicação.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Beni Veras — Carlos Patrocínio — César Dias — Cid Saboia de Carvalho — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Elcio Alvares — Garibaldi Alves — Gil-

berto Miranda — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Jarbas Passarinho — João Calmon — Jonas Pinheiro — José Paulo Bisol — Júnia Marise — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lourival Baptista — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Mauro Benevides — Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

DIVERSOS Nº 2, DE 1993

SGM/P nº 138

Brasília, 11 de março de 1993

Excelentíssimo Senhor
Senador Humberto Lucena
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do pronunciamento do Senhor Deputado José Genoíno na sessão plenária de 4-3-93, notas taquigráficas anexas, a propósito do programa da Frente Presidencialista veiculado naquela data, em que, segundo S. Ex^a, teria sido atingida a imagem do Congresso Nacional e de seus membros.

Tenho a informar que solicitei o exame do assunto pela Procuradoria Parlamentar desta Casa, órgão encarregado, nos termos regimentais, “de promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Câmara, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão do exercício do mandato ou das suas funções institucionais”.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração. — **Inocência Oliveira**, Presidente.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — A Mesa solicita que V. Ex^a decline o fundamento da questão de ordem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (Bloco Parlamentar Democrático — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a questão de ordem se fundamenta no art. 17, inciso VI, do Regimento Interno, que versa sobre as atribuições do Presidente da Câmara. Diz a alínea g do referido inciso:

“zelar pelo prestígio e decoro da Câmara dos Deputados, bem como pela dignidade e respeito às prerrogativas constitucionais de seus membros em todo o território nacional.”

Com base na alínea g inciso VI, do art. 17, formulo a V. Ex^a, como 1º Vice-Presidente da Câmara, a seguinte questão de ordem. Hoje o programa da Frente Presidencialista, ao fundamentar sua crítica ao parlamentarismo, baseia-se numa série de colocações sobre fisiologismo, sobre velhas práticas, sobre erros do Congresso Nacional que atingem direta e indiretamente a instituição e os membros da Câmara dos Deputados. Como foram referidos Câmara dos Deputados e Senado Federal quando os presidencialistas — particularmente a propaganda do Partido Democrático Trabalhista — falaram em fisiologismo no Congresso na história passada deste País, colocando a todos no mesmo saco, sem fazer distinção, a imagem da Câmara, do Senado e de seus membros,

está sendo atingida pela campanha da Frente Presidencialista, particularmente no espaço do PDT.

Portanto, com base no art. 17, inciso VI, alínea g, do Regimento Interno da Casa, solicito à Presidência da Câmara que, analisando os fundamentos da minha questão de ordem, entre em entendimento com a Presidência do Senado Federal para solicitar ao Tribunal Superior Eleitoral, seja no espaço da Frente Presidencialista, seja em espaço próprio, o direito de resposta, para divulgar informação sobre o papel do Congresso Nacional e de seus membros.

E termino, Sr. Presidente, dizendo ser necessário que as duas Mesas tomem essa iniciativa de imediato, porque o precedente aberto pelo PDT, dentro da Frente Presidencialista, amanhã pode ser seguido pelos monarquistas, os parlamentaristas podem ser tentados a fazer isso e o plebiscito vai ser decidido pelo eleitorado, com discursos para ver quem ataca mais a Instituição. Se é necessário fazer a crítica à Instituição, que seja feita, mas separando-se o joio do trigo.

Como membro do Congresso Nacional senti-me atingido por essa propaganda e é o Direito Constitucional e Regimental, pelas atribuições da Mesa, particularmente da Presidência, que utilizo, pedindo providências para que o decoro e o prestígio da Instituição seja preservado, neste momento em que se está iniciando a campanha. Daqui a pouco, com o grau de sectarismo e de exacerbação existentes, o plebiscito será decidido em cima desta Instituição ou do prestígio dos Deputados. Se é para criticar, que se diga quem é quem, mas que não se atinja a todo mundo indiscriminadamente.

Como fui atingido, é meu dever constitucional e regimental solicitar providências da Mesa. Este é o fundamento da minha questão de ordem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Nobre Deputado, a Mesa acolhe a questão de ordem levantada por V. Ex^a. O assunto será levado ao Presidente titular que, à luz dos documentos a serem examinados e dos programas referidos, tomará as necessárias providências, inclusive acionando a Procuradoria Parlamentar, se for o caso, pois é o órgão que tem a específica função de zelar pela imagem desta Casa. O assunto será devidamente encaminhado e encarado com toda a serenidade que requer, nos termos propostos por V. Ex^a.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

É lido seguinte

O Sr. Magno Bacelar — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra a V. Ex^a, na forma regimental, por cinco minutos.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT — MA. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não sei se tenho amparo legal para intervir, mas, tendo em vista — a Mesa fez publicar para que esta Casa tomasse conhecimento — a leitura do ofício do Sr. Presidente do Senado, Humberto Lucena, creio que me cabe o direito de esclarecer os fatos, antes que tomem dimensão maior do que a que desejamos.

Segundo o ofício que ora chegou ao conhecimento deste Plenário, o Presidente não admitirá que “prosperem agravos à Instituição Parlamentar, aos seus dirigentes e às prerrogativas dos Srs. Congressistas”.

Confesso que estou estarecido diante da manifestação da Câmara dos Deputados. Como todos sabemos, a liberdade de expressão é um direito assegurado. Na realidade, fiz uma pergunta relativa ao plebiscito que se verificará no dia 21 de abril e sobre o qual estão sendo realizados debates através dos meios de comunicação.

Na coluna **Desafio de O Estado de S. Paulo**, tive a honra de ser sorteado para fazer perguntas ao nobre Senador Mário Covas — S. Ex^a dirigia uma pergunta a mim — sobre o conceito de parlamentarismo. Indaguei exatamente:

“Uma Câmara dos Deputados que elege Inocêncio Oliveira para Presidente teria capacidade de eleger o Primeiro Ministro?”

Sr. Presidente, não emiti nenhum conceito contra o Sr. Inocêncio Oliveira. Pressupõe-se, no máximo, um conceito político.

Sabemos todos que o parlamentarismo exige Partidos fortes, obediência partidária. Caso contrário, teríamos o caos. Sabemos também que é tradição das duas Casas o fato de o Partido mais forte eleger o Presidente. Assim ocorreu nesta Casa, que alçou à Presidência da Mesa o eminente Senador Humberto Lucena. No entanto, o mesmo não ocorreu na Câmara dos Deputados: o Sr. Presidente Inocêncio Oliveira é do PFL, e o Partido majoritário é o PMDB. Pela primeira vez, foi quebrado esse princípio ou — digamos — a jurisprudência firmada no sentido de que o Partido majoritário faz o Presidente. O que ocorreu na Câmara dos Deputados? Uma desobediência partidária ao PMDB, que tinha o seu candidato. O Presidente daquele Partido e suas Lideranças na Casa empreenderam campanha pelo candidato. O Sr. Inocêncio Oliveira foi eleito com votos do PMDB, com votos do meu Partido — PDT, que também não recomendou a eleição de S. Ex^a.

Se não tivesse havido desobediência partidária, não se poderia conceber que a Câmara dos Deputados elegeisse o Sr. Inocêncio Oliveira.

Sr. Presidente, mais estarecedor ainda, uma vez que não se vão proliferar os desagrvos ou as ofensas em relação às duas Casas e aos seus Parlamentares, é a atitude da Câmara no que tange ao que tem sido noticiado pela imprensa nacional sobre o Presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira. Tive o trabalho de catalogar mais de duzentas notícias, artigos e editoriais que aludem a S. Ex^a, sem que tenha havido, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nenhuma nota, sequer uma linha daquela Casa em defesa do seu Presidente. No entanto — pasmem — em relação a mim, a atitude foi a que acaba de ser levada ao conhecimento dos senhores.

Se há conceitos, eles estão nascendo da consciência dos que me interpelam e indicam a existência de incomodados com a eleição do Sr. Inocêncio Oliveira. Quanto a mim, não há nada disso.

Respeito-o em nome da Instituição Congresso Nacional. Se tenho opinião pessoal, guardo-a para mim e não a proferi.

É lamentável, mas estou pronto, Sr. Presidente, para me defender à liberdade de expressão assegurada ao Parlamentar. Lastimo tão-somente que, quanto às coisas sérias que preocupam a Nação brasileira, que têm levado o povo a tantas desilusões, não são publicadas notas, nem esclarecimentos. Com relação à liberdade de um Senador que não emitiu conceito — volto a dizer — cria-se uma tarde de ofensas à minha pessoa, redundando em interpelação via Supremo Tribunal Federal. Isso não me amedronta; estarece-me.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Magno Bacelar, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Mesa lembra apenas que o nobre orador está fazendo uso da palavra para uma explicação pessoal, que rigorosamente não comporta apartes.

O SR. MAGNO BACELAR — Tem razão V. Ex^a, Sr. Presidente.

Nobre Presidente, Srs. Senadores, vou aguardar a interpeleção para que eu possa me defender.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — (PSDB — BA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores solicitei aparte ao Senador Magno Bacelar devido a uma chamada da minha consciência.

O Senador Magno Bacelar apartou um pronunciamento meu — os Anais estão aí para serem verificados — e sabemos, então, se houve alguma ofensa a algum Parlamentar.

Como diz o nobre Senador Magno Bacelar, é estranhável que se queira fazer uma ação contra S. Ex^a Primeiro, sem examinar o conteúdo do aparte que S. Ex^a me concedeu num pronunciamento que eu estava fazendo naquele instante; depois, nós sabemos que infelizmente as críticas são constantes na nossa vida pública e não vi na manifestação do Senador Magno Bacelar a centésima parte do que vi escrito nos jornais, em pronunciamentos e até na televisão, na propaganda do Parlamentarismo e do Presidencialismo. A propaganda do Presidencialismo diz coisas piores a respeito deste assunto.

Sr. Presidente, não posso ficar calado nesta hora. Apenas peço àqueles Deputados que tiveram a preocupação de manifestar repúdio às palavras do nobre Senador Magno Bacelar que leiam o texto contido nos Anais. Leiam, reexaminem e verifiquem se há algum fato que permita que façam o que estão tentando fazer.

O nobre Senador Magno Bacelar tem a minha solidariedade e sabe que, se precisar de testemunho, estarei aqui para dá-lo.

O Sr. Elcio Alvares — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ELCIO ALVARES — (PFL - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, já que, por imperativo regimental, não pudemos apartear o Senador Magno Bacelar, agora, através de comunicação pessoal, queremos externar a nossa opinião nesse *affair*.

Tenho em mãos o expediente da Câmara, assim como o recorte do jornal *Folha de S. Paulo*. Verifico, através de ofício encaminhado ao Sr. Presidente Humberto Lucena, que a Mesa encaminhou ao exame da Procuradoria Parlamentar na Câmara as declarações do Senador Magno Bacelar, alegando que tem sempre que se erigir a Mesa da Câmara em defesa de seus órgãos e membros, quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade.

Eu gostaria de registrar este fato, porque, evidentemente, a Mesa não se limitou apenas a uma nota de solidariedade ao Presidente Inocêncio Oliveira; remeteu para o Deputado Vital do Rêgo o expediente, pedindo que S. Ex^a tome as

providências cabíveis, se for o caso, ou seja, que o assunto ingresse, então, na esfera do Judiciário. Considero a providência salutar, pois o Deputado Vital do Rêgo, com quem já participei de reuniões conjuntas do Congresso, é um advogado pelo qual tenho o mais alto respeito. S. Ex^a sempre demonstrou, acima de tudo, ser um cultor do Direito.

Se a Câmara quisesse levar a questão para esse ponto de crime contra a honra, cairia em injúria, difamação ou calúnia; são os três crimes contra a honra. E é a seguinte a declaração em forma de pergunta do Senador Magno Bacelar, inserida no "Guia do Plebiscito", do jornal *Folha de S. Paulo*, publicado no dia 18 de março deste ano: — "Uma Câmara dos Deputados que elege Inocêncio Oliveira Presidente, teria capacidade de eleger o Primeiro-Ministro?"

O Senador Magno Bacelar deixou muito clara, agora — e não pode ser de outra maneira — a sua interpretação de capacidade. A capacidade não envolve, de maneira nenhuma, em tempo algum, o conceito ofensivo à honra. No pronunciamento do Senador Magno Bacelar, já está respondida de vez a questão. Se o nosso eminente Colega quisesse realmente denegrir a imagem pessoal, ofender a honra do Presidente Inocêncio Oliveira, S. Ex^a teria, agora, reiterado todos os termos. É preciso que haja no crime contra a honra o *animus* de caluniar, difamar ou injuriar. No caso, há uma crítica de um Senador. E isto é muito importante: temos que nos respeitar, aqui, Deputados e Senadores, mas temos o direito de fazer críticas. Esse questionamento foi feito dentro de uma visão partidária — torno a repetir — no momento em que se discute Parlamentarismo, e o tema, aqui, é o "Guia do Plebiscito": Parlamentarismo e Presidencialismo. Se a Câmara, que tem como Partido majoritário o PMDB, em que outros Partidos, inclusive o PDT, apoiavam um determinado candidato, esse grupo, que é majoritário, perde a eleição para um candidato do PFL, Inocêncio Oliveira, que é do meu Partido; é evidente que o grupo majoritário não tem capacidade para exercitar o Parlamentarismo. No momento em que o Parlamentarismo for exatamente o governo de minorias, estaria tudo jogado por terra na tese parlamentarista.

Então, neste momento — quero deixar muito claro, tenho pelo Deputado Inocêncio Oliveira o mais alto apreço, é meu companheiro de Partido — creio que o procedimento da Mesa, até certo ponto hipotecando solidariedade, está correto; mas querer avançar para cobrar por via judicial um pronunciamento de um colega desta Casa seria um nunca acabar de ações. E esse não seria o caminho adequado.

Felizmente, a Mesa encaminhou ao Deputado Vital do Rêgo, para apreciação, a nota que foi publicada no jornal e atribuída ao Senador Magno Bacelar. Tenho certeza absoluta de que o Deputado Vital do Rêgo vai entender. É a única explicação plausível para o fato: uma crítica ao Sistema Parlamentarista, ainda mais que a matéria está publicada na *Folha de S. Paulo*, dentro do tema de discussão do "Guia do Plebiscito". Fica claro que a capacidade aí invocada pelo Senador Magno Bacelar é a capacidade política. Não é, de maneira alguma, um termo ofensivo à honra, mesmo porque — torno a ressaltar — nos crimes contra a honra é fundamental que aquele que pratica o crime tenha o *animus* de atingir a outra pessoa. E, agora, através do pronunciamento do Senador Magno Bacelar, ficou claro o seu posicionamento com relação à essa questão.

Tenho a impressão de que compete apenas ao Deputado Vital do Rêgo recolher o pronunciamento do Senador Magno Bacelar. Foi um pronunciamento altamente respeitoso, como

S. Ex^a sempre fez nesta Casa, onde tem tido uma norma de conduta primorosa, não só na convivência com seus Colegas mas também no trato de todos os assuntos que lhe são afeitos. E agora S. Ex^a reitera isso.

O Deputado Vital do Rêgo certamente recolherá o pronunciamento do Senador Magno Bacelar e dos seus Colegas. Inclusive perfilho-me, neste momento, em favor do nobre Senador Magno Bacelar, deixando claro, também, que ao lado disso coloco o meu mais elevado apreço ao Presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira.

Sr. Presidente, deixo aqui manifesta a minha solidariedade — uma solidariedade que não era preciso — e a minha acórdância com as palavras do Senador Magno Bacelar. Acredito, sinceramente, que o bom-senso vai levar o Corregedor da Câmara dos Deputados, Deputado Vital do Rêgo, a simplesmente dar um despacho em face do pronunciamento do Senador Magno Bacelar na presente sessão, mandando que o assunto seja colocado no arquivo, respeitada evidentemente a posição da Câmara dos Deputados.

Portanto, Senador Magno Bacelar, não só na condição de seu Colega, do Senado da República, mas também na condição de estar inteiramente consciente das suas palavras, manifesto a solidariedade que não é preciso. E reitero publicamente, para deixar clara a impropriedade da ação promovida pela Mesa da Câmara dos Deputados, que tenho pelo Deputado Inocêncio Oliveira, meu companheiro de partido, o mais alto apreço e, acima de tudo, o mais profundo respeito.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

DIVERSOS Nº 3, DE 1993

Ofício nº GSE/GPS/93

Brasília, 18 de março de 1993

Senhor Presidente,

Reporto-me à matéria publicada na edição de 18 de março corrente no jornal **Folha de S. Paulo**, intitulada "Guia do

Plebiscito", em que, segundo o referido periódico, foi formulada pergunta sobre o assunto ao Senador Magno Bacelar.

Tendo em vista o teor das declarações atribuídas a S. Ex^a, informo a Vossa Excelência que a Mesa, em reunião realizada nesta data, decidiu encaminhar o exame da matéria à Procuradoria Parlamentar, órgão encarregado, nos termos do art. 21, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, de promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Câmara, de seus órgãos e membros, quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade.

Esclareço, ainda, que os Membros da Mesa Diretora decidiram aprovar Moção de Desagravo, conforme cópia anexa, contendo manifestação sobre o assunto.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração. — Deputado **Wilson Campos**, Primeiro Secretário.

NOTA DE DESAGRAVO

Os abaixo assinados, Membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, em reunião do dia 18 de março corrente, tendo em vista o teor das declarações atribuídas ao Senador Magno Bacelar pelo jornal **Folha de S. Paulo**, edição do mesmo dia, em matéria intitulada "Guia do Plebiscito", decidiram aprovar a seguinte Moção de Desagravo:

"Repudiamos os termos ofensivos da declaração do Senador Magno Bacelar no jornal **a Folha de S. Paulo**, edição de 18 de março corrente, que atingem levemente a imagem desta Casa e de seu Presidente, não estando à altura dos elevados padrões de convivência mantidos pelas duas Câmaras do Poder Legislativo."

Sala das Reuniões, 18 de março de 1993.
SEGUEM AS ASSINATURAS

brasil

Quinta Feira 18 de março de 1993 1-7

GUIA DO PLEBISCITO

Edições de Arquivo Imagem



Senador Magno
Bacelar
(PDT-MA),
presidente eleito

Bacelar pergunta:
"Uma Câmara dos Deputados que elege Inocêncio Oliveira presidente teria capacidade de eleger o primeiro-ministro?"

Covas responde:

"Quem elege o primeiro-ministro é o povo. O conceito de maioria muda com o parlamentarismo. A Câmara não escolhe o primeiro-ministro segundo sua vontade, mas segundo a maioria eleita pelo povo. Quem delimita é o povo."



Senador Mario
Covas
(PSDB-SP),
parlamentarista

Covas pergunta:
"Na vida familiar, a estrutura é presidencialista ou parlamentarista?"

Bacelar responde:

"É a estrutura presidencialista que nós desejamos para o Brasil. Não defendemos esse presidencialismo imperial que está aí. A família não é parlamentarista, porque os filhos não podem se reunir para destituir o pai."

Hoje**Debate**

Marco Maciel, Miguel Reale Jr e Cunha Bueno fazem um debate sobre o plebiscito, promovido pela Central de Outdoor. **Local:** Rua 13 de Maio, 717, São Paulo, às 19h30

23 de março**Debate**

D. Bertrand de Orleans e Bragança, Bolívar Lamounier, senador Darcy Ribeiro farão palestras sobre plebiscito, seguidas de um debate entre Gilmar Carneiro, Emerson Kapaz e João Roberto Egidio Piza. **Local:** Teatro da Universidade Católica, Rua Monte Alegre, 984, São Paulo, às 19h30

24 de março**Palestras**

Celso Bastos, Ives Gandra da Silva Martins e Eduardo Muiyler farão palestras sobre plebiscito, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. **Local:** Rua Benjamin Constant, 158, São Paulo, às 15h

SGM/P nº 177

Brasília, 18 de março de 1993

Senhor Coordenador,

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, em reunião de hoje, decidiu, tendo em vista o teor da pergunta, segundo o jornal **A Folha de S. Paulo**, formulada ao Senador Magno Bacelar, pelo referido periódico, na matéria intitulada "Guia do Plebiscito", solicitar a essa Procuradoria o exame do assunto, para, nos termos regimentais, se for o caso, adotar as providências à interpelação judicial do ofensor.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço e consideração. — Deputado **Adylson Motta**, Primeiro Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência procederá à leitura dos Ofícios nº 174/93 e 192/93, de 25 de março de 1993, do Sr. Presidente do Senado, S.

Ex^o o Senador Humberto Lucena, dirigido ao Ex^o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, S. Ex^o o Deputado Inocêncio de Oliveira:

OFÍCIO SM Nº 174/93

Brasília, 25 de março de 1993

Excelentíssimo Senhor

Inocêncio Oliveira

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Acuso o recebimento do Ofício SGM/P nº 138, por meio do qual V. Ex^o encaminha notas taquigráficas de pronunciamiento do Senhor Deputado **José Genoíno** a propósito do programa da Frente Presidencialista veiculado em 4 de março do corrente.

Informo que determinei a leitura do documento em Plenário, para a devida publicação e o envio de cópias a todos os Líderes com assento na Casa, bem como à Subcomissão

Permanente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania criada para assessorar esta Presidência em casos análogos.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Exª protestos de elevado apreço e distinta consideração. — **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

OFÍCIO SM Nº 192/93

Brasília, 25 de março de 1993

Excelentíssimo Senhor Inocêncio Oliveira

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Acuso recebimento do Ofício nº GSE/GPS-1/93, de 18 de março de 1993, firmado pelo Senhor Primeiro Secretário, Deputado Wilson Campos, sobre declarações atribuídas ao Senador Magno Bacelar, encaminhando cópia de Moção de Desagravo da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Informo que determinei a leitura do documento em Plenário, para a devida publicação e o envio de cópias a todos os Líderes com assento na Casa, bem como à Subcomissão Permanente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania criada para assessorar esta Presidência em casos análogos.

Por oportuno, entretanto, esclareço, desde logo, a V. Exª, que esta Presidência, em nenhuma hipótese, admitirá que prosperem agravos à imagem da Instituição Parlamentar, dos seus dirigentes e às prerrogativas dos Senhores Congressistas.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Exª protestos de elevado apreço e distinta consideração. — **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 284, DE 1993

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 56, II, da Constituição Federal e do art. 43, II, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja considerada como licença o meu afastamento dos trabalhos desta Casa nos dias 26 e 29 do corrente, quando estarei proferindo palestra sobre o Plebiscito, no Colégio Prof. João Widemann, em Blumenau/SC, dia 26, e proferindo Palestra sobre Parlamentarismo e Ajuste Fiscal na Associação Comercial e Industrial de Itajaí/SC no dia 29.

Sala das Sessões, 25 de março de 1993. — Senador **Esperidião Amin**.

Itajaí-(SC), 16 de março de 1993

Of. nº/S

Exmº Sr.

Sen. Esperidião Amin

Mario Cesar Sandri, Presidente da ACII, tem a honra de convidar V. Exª para uma palestra sobre parlamentarismo aos empresários de Itajaí.

Local — Auditório da ACII

Horário: 19 horas

(Aguardamos urgente confirmação para divulgação.)

Data 22-3 ou 29-3 — 18h30min

Exmo. Sr.

Esperidião Amin Elou Filho

DD. Senador da República

Brasília — DF

Ofício nº 7/93

Blumenau, 9 de março de 1993

Prezado Senhor,

A direção e o corpo docente do Colégio Estadual "Professor João Widemann" de Blumenau, sentem-se honrados em convidar V. Exª para proferir palestra pedagógica sobre o plebiscito nacional do dia 21 de abril, para os alunos do 2º grau deste colégio, no próximo dia 26, às 19 horas, no Guarani Esporte Clube (ao lado do colégio).

Aguardando sua confirmação, agradecemos antecipadamente e renovamos nossa estima e consideração.

Cordialmente, — **Marlene Scaburl Schmitz** — Diretora da Escola — Matrícula 021.606-2.

REQUERIMENTO Nº 285, DE 1993

Nos termos do disposto no art. 43, inciso II, do Regimento Interno, requeiro licença para afastar-me dos trabalhos da Casa, nos dias 29, 30 e 31 de março do corrente a fim de ao proferir palestra sobre a Ética na Política e a mudança no sistema de governo.

Sala das Sessões, em 26-03-93 de março de 1993. — **Amin Lando**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A votação dos requerimentos fica adiada por falta de **quorum**.

A Presidência, de acordo com as indicações das lideranças, e nos termos do Requerimento nº 121, de 1993, do Senador Pedro Simon, designa a seguinte Comissão para analisar a programação de rádio e televisão no País:

PMDB

Pedro Simon
João Calmon
Cid Sabóia de Carvalho
José Fogaça

PFL

Francisco Rollemberg
Bello Parga

PSDB

Jutahy Magalhães
Dirceu Carneiro

PTB

Marluce Pinto
Luiz Alberto Oliveira

PDT

Magno Bacelar
Lavoisier Maia

PP

João França

PRN

Aureo Mello

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 34 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há **quorum** para votação. Em conseqüência, os itens nº 1 e 2 da pauta ficam adiados para a próxima sessão ordinária.

São os seguintes os itens adiados:

— 1 —

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 1992
COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar (nº 71/89, na Casa da origem), que dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, tendo

— PARECER, proferido em Plenário, Relator: Senador Alfredo Campos, favorável, na forma de Substitutivo que apresenta.

— 2 —

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 1992
COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, críticas severas e injustas vêm sendo formuladas com insistência ao Poder Legislativo.

Agora, volta-se contra o Instituto de Previdência dos Congressistas, o IPC, que é uma conquista da democracia, pois garante a subsistência dos representantes do povo e, por consequência, no exercício dos respectivos mandatos, a eles conferidos em eleições livres pelos cidadãos brasileiros.

A grande conquista democrática na história da humanidade é justamente a derrocada do patriciado do governo elitista, da soberania absoluta dos ricos, dos poderosos e daqueles que não dependem de subsídios para a sua sobrevivência. A esses a mesma história ajuda a entender: paga-se um preço muito maior do que a remuneração igualitária. Eles recebem a moeda do privilégio do interesse subalterno satisfeito, que sempre monta valores éticos e financeiros infinitamente maiores.

Olhamos este plenário e vemos homens iguais em dignidade e representatividade, embora dotados de pesos econômicos distintos. É essa diversidade sagrada que encontra, na Previdência Parlamentar, o melhor espelho: a certeza de uma inatividade tranqüila e digna garante, desde o período antecedente à posse, o desempenho altaneiro e honrado dos mandatos.

Todas as categorias profissionais, em todos os países civilizados, dispõem de mecanismos próprios de previdência para seus componentes. Até mesmo os trabalhadores com longas e seguras carreiras não dispensam esse fator de segurança social, fundamental para a suas jornadas diárias — com muito mais razões, devemos defender a seguridade daqueles que dedicam toda a vida à causa pública, sujeitos, a cada eleição, ao afastamento da atividade parlamentar e dos respectivos rendimentos pecuniários.

Chega a ser constrangedor, Sr. Presidente, abordar esse assunto da tribuna, mas não é hora de calar ou omitir.

As informações levadas à opinião pública procuram vender a imagem de nababescas pensões e aposentadorias sugando os cofres públicos, a troco de curtos e inexpressivos mandatos. Mas a realidade é bem outra: o ex-Deputado Federal Josias Leite, em artigo publicado no *Jornal do IPC*, nº 13, de 1991, lembra que “a pensão é integral quando o parlamentar completa 30 anos de mandato”, além, é óbvio, da concessão do benefício em caso de acidentes em serviço que cause a invalidez do segurado. Exatamente como em quase todas as entidades previdenciárias fechadas.

É importante que busquemos a origem do Instituto de Previdência dos Congressistas na luta diuturna do saudoso Deputado Monsenhor Arruda Câmara, que honrou o Poder Legislativo com seu patriotismo, sua visão social, sua sensibilidade para os aspectos humanos da vida. Pois foi aquele sacerdote e homem público o mais importante precursor dessa benemérita Instituição, e, como lembra o citado artigo do ex-Deputado Josias Leite, “fundamentado no princípio da isonomia, contido no art. 141, § 1º da Constituição de 1946, porque todos os segmentos sociais já tinham sua previdência e somente os parlamentares não possuíam aposentadoria, nem podiam deixar pensão às suas famílias”.

O legislador brasileiro teve o maior escrúpulo no estabelecimento das regras previdenciárias privadas para si e seus dependentes, criando dispositivos espartanos em comparação aos vigentes em democracias festejadas como a Dinamarca, França, Bélgica, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e tantas outras. Aqui, o período de carência é quase sempre maior e a parcela aduzida pelo Governo se apresenta muito menor.

O Senador e o Deputado, no exercício do mandato, contribuem regularmente para o IPC, como qualquer trabalhador em sua respectiva entidade assistencial específica, e os benefícios futuros, em vários casos, resultam muito inferiores.

O artigo do ex-Deputado Josias Leite é esclarecedor e importante e, nesta oportunidade, merece a atenção de todos os nobres Pares e da Nação. Por isso, passo à sua leitura integral, obedecendo ao limite de tempo que me confere o Regimento Interno e a vigilante benevolência de V. Exª, Sr. Presidente.

É o seguinte o teor do artigo do ex-Deputado Federal Josias Leite, publicado na edição nº 13/91, do *Jornal do IPC*:

“Pensão Parlamentar no Brasil e no Mundo

O Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC e a pensão parlamentar foram criados pela Lei nº 4.284/63 e hoje regidos pela Lei Consolidada nº 7.087/82.

A legislação do IPC concede a ex-Parlamentar, que tenha 50 anos de idade, pensão proporcional aos anos de mandato, sujeita a um período de carência de oito anos de mandato (art. 34 e 35 da Lei nº 7.087/82).

A pensão é integral quando o Parlamentar completa 30 anos de mandato ou por invalidez do Parlamentar decorrente de acidente em serviço (arts. 37 da Lei nº 7.087/82).

É dispensado o período de carência de oito anos de mandato, quando a pensão é concedida por invalidez ou por morte de Parlamentar em exercício de mandato (arts. 37 e 38 da Lei nº 7.087/82).

A viúva do ex-Parlamentar tem direito a 50% da pensão a que faz jus o ex-Parlamentar, acrescida de 10% do valor quantos forem os dependentes, até o máximo de cinco. (Art. 38 da referida lei.)

Fundamento Constitucional:

A Lei nº 4.284/63 resultou do Projeto de Lei nº 2.490, de 1960, de autoria da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, por iniciativa do Deputado Arruda Câmara, fundamentando-se no princípio da isonomia, contido no art. 141, 1º, da Constituição de 1946, porque todos os segmentos sociais já tinham a sua Previdência e somente os Parlamentares não possuíam aposentadoria e nem podiam deixar pensão às famílias. (Anais da Câmara dos Deputados, página 669.)

A legislação do IPC foi aceita pela Constituição de 1988, pelo princípio da recepção, tanto assim que foram repetidos os mandamentos constitucionais que garantem aposentadoria (art. 7º, inciso XXIV, da Constituição Federal) e o que garante que todos são iguais perante a lei (art. 5º da Constituição Federal).

Sistema de Financiamento da Pensão Parlamentar:

Nos países democráticos, há dois sistemas de financiamento da pensão parlamentar: o sistema estatal e o sistema de contribuições. No sistema estatal, a pensão é custeada exclusivamente pelo Tesouro do Estado; neste caso estão a Alemanha, Israel, Noruega, entre outros. No sistema de contribuições, a pensão parlamentar é financiada por contribuições dos Parlamentares e contribuições do Tesouro do Estado; neste caso estão a França, a Inglaterra e outros países.

O legislador brasileiro, de 1963, adotou o sistema de contribuições, assemelhado ao da França. Poderia também, em vez do sistema de contribuição, ter escolhido o sistema estatal ou alemão, muito mais interessante, que contempla o ex-Parlamentar com uma pensão proporcional, a partir de seis anos de mandato até completar dezesseis anos, quando passa, então, a perceber uma pensão integral, isto é, igual à remuneração do Parlamentar da ativa, totalmente custeada pelo Tesouro do Estado (Lei nº 48, da República Federal da Alemanha, em Coleção Sartorius e elementos sobre a pensão Parlamentar envidados pelas embaixadas).

Pensão Parlamentar no Mundo:

A solução da lei brasileira de conceder a ex-Parlamentar, que tenha 50 anos de idade, a pensão proporcional ao tempo de mandato, a partir de oito anos de mandato (arts. 34 e 35 da Lei nº 7.087/82), encontra respaldo no Direito Comparado das principais nações democráticas do mundo.

Assim, vejamos a concessão da pensão, levando-se em consideração o tempo mínimo de mandato e a idade do ex-Parlamentar:

Dinamarca, um ano de mandato e idade de 60 anos; França, 5 anos de mandato e idade de 55 anos; Israel, 4 anos de mandato e 40 anos de idade; Bélgica, 5 anos de mandato e idade de 55 anos; Estados Unidos, 5 anos de mandato e 55 anos de idade; Austrália, 8 anos de mandato e 45 anos de idade; Finlândia, 10 anos de mandato e 50 anos de idade; Reino Unido, 10 anos de mandato e idade de 65 anos; e Alemanha, 6 anos de mandato e 65 anos de idade.

Entidade Autárquica de Direito Público:

O IPC é uma pessoa jurídica de direito público, criada por lei, mas a Comissão de Constituição da Câmara dos Depu-

tados, para cortar dúvidas infundadas, em reunião realizada em 24 de outubro de 1990, tendo como Relator o Deputado Nelson Jobim, entendeu que o IPC é uma entidade autárquica de direito público quando, em jurídico parecer, manifesta-se:

Opino, nos termos do parecer do Relator, pela caracterização do IPC como entidade autárquica, de caráter especial e de natureza de direito público. (Diário do Congresso Nacional, págs. 11612 a 11617.)

O sistema de pensão do IPC é o menos oneroso ao Tesouro Nacional porque:

a) a pensão poderia ser custeada exclusivamente pelo Tesouro Nacional, como acontece na Alemanha, Israel, Dinamarca, entre outros países. No entanto, aqui o Parlamentar paga a contribuição para custear a pensão;

b) a pensão poderia ser paga igualmente pelo Tesouro, como ocorre com os demais servidores públicos, que se aposentam sem pagar nenhuma contribuição ao Tesouro;

c) se a pensão tivesse por base de cálculo a remuneração do Parlamentar (art. 49, inciso VII, da Constituição Federal e Decreto Legislativo nº 72/89) e não os subsídios, que são a metade da remuneração, a pensão seria o dobro da que é paga atualmente."

Gostaria de abrir um parêntese aqui, Sr. Presidente, para explicar ainda que a contribuição é feita com base na remuneração do subsídio; não é paga com base na remuneração da representação. Conseqüentemente, a pensão também é percebida em função do subsídio fixo, não se incluindo aí a representação, que corresponde a 50% da remuneração global do Parlamentar.

d) a pensão da viúva do Parlamentar (art. 40, § 4º, da Constituição Federal) deveria ser igual à pensão de Parlamentar falecido e não apenas a 50% dela;

e) como a pensão parlamentar não tem em seu favor a contagem de tempo de serviço, como ocorre com os demais servidores, poucos são os Parlamentares que chegam a 30 anos de mandato e, conseqüentemente, com direito à pensão integral, isto é, com relação aos subsídios (Decreto nº 72/89).

Conclusão:

Nos países democráticos, onde existe a pensão parlamentar (a França adota desde 1904), ela ou é financiada exclusivamente pelo Estado ou é financiada parte pelo Estado e parte pelo Parlamentar. Conseqüentemente, não há pensão parlamentar sem a participação financeira do Estado e não poderia ser diferente porque, afinal, o Estado é o patrão.

A pensão parlamentar existe há 30 anos e deve continuar porque, até agora, foi a forma que os países mais adiantados que o nosso conceberam como previdência para o Parlamentar.

Esta é a opinião dos pensionistas."

Concluindo, Sr. Presidente, gostaria de dizer que o Instituto de Previdência dos Congressistas, além da concessão dessas pensões aos ex-Parlamentares ou às suas respectivas famílias, em caso de falecimento desse Parlamentar, tem um programa social da maior importância. Concede aos seus associados ajuda para custeio de tratamento de saúde; concede empréstimos com base nos juros pagos pela Caixa Econômica Federal, como remuneração da Caderneta de Poupança e mais 1%; concede financiamento para aquisição de bens duráveis, como automóvel, por exemplo, além de outros benefícios aos seus associados.

Trata-se, portanto, de uma instituição que está cumprindo com a sua função social. O IPC não é um privilégio dos Parlamentares, porque os funcionários do Senado e da Câmara,

facultativamente, também podem se inscrever como associados e usufruir desses benefícios, de acordo com a sua contribuição para com o Instituto.

O que verifico, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é uma campanha dirigida, objetivando desmoralizar o Parlamento. Essa Instituição, o IPC, conforme diz o ex-Deputado Josias Leite, já existe há trinta anos! Ela está pagando pensão para mais de três mil beneficiários. E só agora está surgindo essa campanha, por parte de alguns setores inconformados com o funcionamento do IPC no âmbito do Congresso Nacional.

O Sr. Ney Maranhão — Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Concedo um aparte ao nobre Senador.

O Sr. Ney Maranhão — Nobre Senador Nabor Júnior, V. Exª traz a esta Casa, na manhã de hoje, um assunto que não era necessário darmos satisfação. Não era necessário. Lembro-me, quando V. Exª falou no Monsenhor Arruda Câmara, o lendário Padre Monsenhor Arruda Câmara, Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, uma das figuras lendárias que passou por este Congresso. O Congresso tem, no Senado e na Câmara, parlamentares profissionais liberais que passam 20, 25, 30 anos como políticos. Ainda ontem assisti à inauguração do prédio da CODEVASF, que passou a ter o nome do também lendário nordestino, o ex-Deputado Manoel Novais, que teve um grande número de mandatos. S. Exª era médico. Por infelicidade, numa das últimas eleições, o Deputado Manoel Novais perdeu a eleição. Então, pergunto a V. Exª: um homem que passa 20, 30 anos neste Parlamento, defendendo o povo brasileiro, depois de todo esse tempo, e não tendo nenhum meio de sobrevivência, V. Exª acha que esse homem, médico, vai voltar à Medicina? Não há condições. Esse homem deixou tudo para trás, e para quê, Senador? Em nome do bem-estar social do povo. Tenho um exemplo, que foi um dos motivos principais desse instituto ser criado naquela época, Senador, presidido pelo Monsenhor Arruda Câmara: um ex-Governador do Rio Grande do Norte, José Augusto, homem de grande responsabilidade, de envergadura moral, um exemplo de político brasileiro. Terminou o seu mandato, ele era também um profissional liberal. No final de sua vida, estava morrendo de fome, Senador, no Rio de Janeiro, e os companheiros fazendo cota para ajudar na sua alimentação. Um ex-Governador! São fatos como esse, Senador, que me causam revolta. Contribuímos com esse instituto, e é preciso completarmos oito anos de mandato para termos direito a uma pensão. E aqui estamos dando satisfação de quê?! A responsabilidade, Senador, é nossa. É como diz, no Nordeste, aquele adágio, talvez seja antiparlamentar, mas não vou completá-lo: "Quem muito se abaixa..." Então, precisamos nos impor e não ficar dando satisfação de uma coisa a que temos direito. No Legislativo, no Senado Federal, estamos com os carros oficiais arrebitados — muita gente não gosta de mim porque digo as coisas que sinto — enquanto os outros Poderes possuem carros novos, Opalas Diplomata roncando por aí. A imprensa não vê isso. Mas, qualquer coisa que acontece aqui no Legislativo, qualquer coisa, a imprensa noticia para tentar nos desmoralizar. Disso a imprensa se encarrega. Portanto, quero me solidarizar com V. Exª porque esse IPC foi uma das coisas mais justas já feitas para, pelo menos, minorar a situação difícil desses ex-Parlamentares e de suas famílias. Sei o que é isso, nobre Senador Nabor Júnior. Tenho quarenta anos de vida pública, perdi o meu mandato,

fui cassado, tive os meus direitos políticos suspensos, mas eu recebia uma pensãozinha. Graças a Deus, tinha outro meio de vida, senão ia morrer de fome. Portanto, saúdo V. Exª e tenho certeza de que o Congresso todo está solidário com V. Exª e que não precisamos dar satisfação de uma coisa que é justa e da qual não podemos de maneira nenhuma abrir mão.

O SR. NABOR JÚNIOR — Senador Ney Maranhão, no momento em que me decidi trazer esse assunto para o debate aqui no Senado Federal foi na firme convicção de que nós, homens públicos, temos que prestar satisfações à sociedade brasileira dos nossos atos, daquilo que praticamos, daquilo que o Congresso faz, apesar das injustiças e das incompreensões que muitas vezes se pratica contra o Parlamento brasileiro. É por isso que sou parlamentarista. Penso que a transparência deve presidir todos os nossos atos. Não podemos omitir nada. No regime parlamentar isso acontece. As coisas se passam às claras, sem subterfúgios. O regime parlamentar assegura à imprensa e à sociedade o direito de acompanharem os trabalhos do Congresso com a mais absoluta transparência e fidelidade.

Por essa razão, estou aqui defendendo o IPC, para que exista transparência, para que aquelas pessoas, que ainda põem em dúvida a justeza da criação dessa instituição, tomem conhecimento de como ela funciona e como é que os seus associados usufruem dos seus benefícios. E é bom que se diga que a aposentadoria de parlamentar é concedida depois de 8 anos de carência, desde que ele tenha alcançado 50 anos de idade, e é proporcional ao tempo de contribuição. Se o parlamentar não se reeleger após cumprir 8 anos de mandato e tiver 50 anos de idade, ele deverá receber 8/30 avos da pensão integral. Portanto, repito, a pensão é proporcional ao tempo de contribuição.

Trouxe o assunto hoje ao plenário desta Casa — reafirmando o que disse anteriormente — para desfazer essas incompreensões que existem a respeito do IPC, e no cumprimento de um dever de esclarecer a opinião pública de todos os atos praticados pelo Parlamento Brasileiro.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Com muito prazer.

O Sr. Ney Maranhão — Esclareço que estou de acordo com V. Exª. Todos sabem, a imprensa falada, escrita, televisada, que o IPC é uma coisa justa, é um direito nosso. Mas, o que existe, Senador, é uma predisposição para tentar diminuir o Poder Legislativo. Essas pessoas que tentam denegrir esta Instituição, na verdade, estão diminuindo a democracia, porque este Congresso é o pulmão do povo. Nesse assunto e em alguns outros, eles sabem que temos razão. Se formos dar muita satisfação, estaremos dando a entender — na minha concepção — que existe algo de errado. Respeito V. Exª, quando dá a explicação, mostrando o Regimento do IPC. Mas quando o Poder tem razão, não se pode humilhar, não se pode ficar provando o que todos sabem ser o correto. Vou dar um exemplo a V. Exª. À época da Constituinte contávamos com cinco minutos no horário nobre da televisão, e o povo já estava acostumado a ligá-la naquele horário. Aqueles cinco minutos eram sobre o nosso trabalho, aqui, no Congresso. O que aconteceu, Senador? Nós, que temos o poder, permitimos que esses cinco minutos fossem retirados do horário nobre. V. Exª está nesta tribuna se explicando, aposto que V. Exª arranja um subsídiozinho bem pesado,

se a imprensa der um destaque ao assunto que está tratando. Mas, se fosse algo que viesse a denegrir a imagem de algum parlamentar, com certeza estaria nas manchetes dos jornais.

Não digo isso, não é porque eu seja contra a imprensa, pelo contrário, ela é o veículo para proteger, para mostrar o que está certo e o que está errado. Mas dentro desse bojo existe — V. Exª e todos nós sabemos —, uma predisposição, mesmo sem má-fé, às vezes, de tentar desmoralizar o Poder Legislativo. É esse o motivo da explicação que quero dar a V. Exª

O SR. NABOR JÚNIOR — Agradeço o aparte de V. Exª e gostaria de aduzir, ainda, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o fato de que muitos ex-Parlamentares, que dedicaram toda a sua existência ao exercício da vida pública, como é o caso do saudoso ex-Governador do Rio Grande do Norte, José Augusto, que foi um dos mais brilhantes Parlamentares que já tiveram assento no Congresso Nacional: e também o ex-Deputado Manoel Novaes, que tive a honra de conhecer na Câmara dos Deputados, já velhinho, mas ainda muito ativo, lúcido e empenhado na solução dos problemas do Estado que representava no Congresso, passaram os seus últimos dias de vida usufruindo da pensão do IPC. Manoel Novaes desempenhou mais de quarenta anos de mandato eletivo.

Quantas viúvas, hoje, estão vivendo dessa pequena pensão que o IPC lhes paga em decorrência do direito que seus maridos tinham como associados do IPC?

É por isso que não compreendemos essa campanha contra o IPC. Todas as Empresas e Autarquias do Governo têm sua previdência privada. O Banco do Brasil, o Banco Central, a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, todas têm, e por que o Congresso não pode ter?

Agora, no momento em que o Congresso está exposto a essa onda de críticas, aproveitam para criticar o funcionamento do IPC.

Por fim, deploramos que alguns Parlamentares façam cor com essas críticas que a imprensa tem divulgado ultimamente, como se S. Exª não fossem precisar do IPC no futuro. Alguns congressistas, na verdade, têm outras fontes de receita: são empresários, altos funcionários e, ao término dos seus mandatos, voltam às suas atividades normais; mas muitos vivem exclusivamente da atividade parlamentar e, no momento em que a perde, ficam jogados à rua da amargura, não fora essa pequena pensão que o IPC paga pelo tempo de contribuição de cada um.

De modo que eu quero, ao encerrar este pronunciamento, pedir a compreensão da imprensa e da sociedade para o problema que acabo de abordar relativo ao Instituto de Previdência dos Congressistas.

Encerrando, Sr. Presidente, solicito a V. Exª que seja inserido nos Anais do Senado Federal o artigo de autoria do ex-Deputado Josias Leite, que expressa bem a realidade a respeito do funcionamento do IPC.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — De acordo com a lista de oradores, concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, os jornais de hoje estampam algumas manchetes, que passarei a ler, fazendo um retrospecto e um comentário a respeito das mesmas.

A primeira, de o *O Globo*, diz o seguinte:

“Verba contra a seca atrasa e o Governo dá explicações.

O Ministro da Integração Social, Senador Alexandre Costa, reuniu ontem os Governadores do Nordeste para contornar o problema político criado pela demora do Governo em editar medida provisória que destinará 180 milhões de dólares, cerca de 4.8 trilhões, para combater a seca.

O Presidente Itamar Franco anunciara a liberação de recursos há uma semana passada, mas o texto da medida provisória só começou a ser elaborado no encontro de ontem, no Ministério do Interior Regional.

O Governo cancelou a reunião da SUDENE que deveria acontecer na manhã de hoje, em Recife, após ser informado que os Governadores protestariam contra a morosidade do Palácio do Planalto.

Na reunião de ontem, que começou às 15 horas e até às 20 horas não havia terminada, ficou acertado que os Estados darão uma contrapartida de 17% de recursos que receberam do Governo para programas de combate ao efeito da seca.

O Estado de S. Paulo:

“Prefeitos de Pernambuco são acusados de reter feijão para vítimas da seca.”

O Presidente da Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMATER) de Pernambuco, Sr. Aloísio Ferraz, pediu ontem à Procuradoria do Estado de Pernambuco para entrar na Justiça contra os Prefeitos de Santa Cruz do Capibaribe e Orobó, no sertão, com um mandado de busca e apreensão de 50 toneladas de feijão para distribuição a 5 mil e 400 famílias flageladas da seca. Ele acusa os prefeitos de apropriação indébita de mercadoria. Segundo Ferraz, a Secretaria Estadual da Agricultura é o órgão designado para fazer a distribuição do feijão doado pelo Ministério da Ação Social. Para ele, os Prefeitos Raimundo Aragão, de Santa Cruz do Capibaribe e Manoel Santos, de Orobó, estão querendo fazer clientelismo e tirar vantagem eleitoral ao assumirem essa tarefa.”

Sr. Presidente, anteontem fiz um pronunciamento alertando contra essa situação que o Nordeste está vivendo com respeito à seca e à fome inclemente. Citei o caso ocorrido pela primeira vez na história da Sudene: os sertanejos, desesperados, comandados por vários prefeitos, líderes sindicais e deputados, invadiram esse órgão, fazendo refém o seu Superintendente. Essa representa uma atitude de desespero porque, quando o sertanejo chega a esse ponto, nós, do Nordeste, sabemos que a situação está insustentável.

Alertei o Presidente da República, mostrando o cuidado que devemos ter com essa distribuição de alimentos. Sua Excelência é uma pessoa de grande sensibilidade política e social. Assim também é o Presidente da Conab, uma pessoa competente, séria e que quer colocar nos eixos aquele órgão de grande importância para o abastecimento do País.

Temos um exemplo: no Governo passado, o projeto, se não me engano, Minha Gente, distribuiu mais de um milhão de cestas de alimentos aos sertanejos. Todo esse trabalho foi feito com a supervisão das Forças Armadas, do Exército, inclusive tenho documentos em meu poder. Coincidentemente — justiça se faça — essa pessoa da área da CONAB que comandou esse trabalho no Nordeste, Dr. Hugo Vasconcelos, recebeu dos comandantes daquela área os maiores elogios, porque todo o apoio logístico, a distribuição desses gêneros

foi feita pelas Forças Armadas. Alertei que poderia haver problemas como esses que estamos vendo hoje: políticos aproveitarem-se da miséria do povo, de uma situação de calamidade, para tirarem proveito político. Isso é um absurdo. Para mudar esse quadro, contamos com, não só o Ministério da Previdência Social, mas também com o Ministério da Ação Social, comandado pelo Ministro Jutahy Júnior. Aliás, justiça seja feita, não é por estar aqui presente o seu pai, Senador Jutahy Magalhães, que digo que o Sr. Ministro é um homem que tem feito um trabalho sério e que tem preocupado muita gente que não aceita o seu ponto de vista. A respeito dessa denúncia, tenho a certeza de que o Ministro já deve ter tomado as providências necessárias porque S. Ex^a não admitirá a utilização do seu Ministério, tampouco o Presidente Itamar, para que ninguém tire proveito da miséria do povo com fins políticos.

Quanto a essa verba de US\$180 milhões, o Líder do PMDB já teve ocasião de falar da tribuna sobre essa medida provisória, que deve ser aprovada o mais rapidamente possível.

De uma vez por todas, nós, políticos do Nordeste, temos que, acima dos interesses partidários e particulares, ver o interesse do povo sofrido de nossa terra.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Ney Maranhão, per-mite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Ney Maranhão, permita-me apartear-lo para fazer referência a esse seguimento do seu pronunciamento a respeito do Ministério do Bem-Estar Social. Tenho ficado calado aqui, V. Ex^a me conhece, e talvez por isso estranhe o fato de eu nunca ter falado sobre esse assunto no Senado. Mas há um compromisso de tentar evitar fazer referências a esses fatos, da minha parte pelo fato de ser pai do Ministro. Agradeço a manifestação de V. Ex^a e posso dizer apenas que o Ministro vai entrar com um processo contra o Governador Antônio Carlos Magalhães, porque S. Ex^a fala na falsificação de uma assinatura, de um convênio, e é uma coisa que não poderia acontecer, porque simplesmente não houve assinatura. O representante do órgão estadual simplesmente não apareceu e não o assinou. O documento está no cartório para quem quiser ver — e a justiça vai ver — e, por essa razão, dou apenas essa informação para os Srs. Senadores. Quer dizer, falsificação de assinatura não há porque não há assinatura. O que não existe não pode ser falsificado. Veja V. Ex^a até que ponto chegam as mentiras, as aleivosias lançadas pelo Sr. Governador de Estado. Nós, da Bahia, já estamos acostumados a enfrentá-las e vamos fazê-lo em qualquer campo. Um dia, se Deus quiser, poderei fazer um pronunciamento sobre esse assunto, porque já passei o mais as preocupações de fazer restrições mentais. Quando for liberado do meu compromisso, falarei. Quando eu falar, V. Ex^a pode imaginar o que é que vai sair.

O SR. NEY MARANHÃO — Agradeço o aparte de V. Ex^a, o seu esclarecimento. Todos sabemos, todos conhecemos a posição de V. Ex^a, Senador Jutahy Magalhães, pela correção, pelo respeito e pela constante luta nesta Casa pelos princípios de direito da moralidade administrativa. V. Ex^a é um dos exemplos marcantes desse trabalho como Legislador e, principalmente, como defensor dos altos interesses de sua terra. Agradeço a V. Ex^a

Continuando, Sr. Presidente, o Ministro do Desenvolvimento Regional, Alexandre Costa, é uma das figuras marcantes desta Casa e S. Ex^a, mais do que ninguém, conhece os problemas do Nordeste. É um homem que só aqui, no Senado, vai completar vinte e quatro anos de mandato, fora aqueles, em outros setores, que S. Ex^a representou na vida pública, principalmente no seu Estado. Aliado a um rapaz jovem, mas que tem uma experiência administrativa também muito grande, pois foi Deputado Federal e Prefeito de uma das cidades mais importantes do Nordeste, Campina Grande, todos estão unidos e irmanados, para que essa fome que grassa naquela região do País tenha uma solução rápida. Estamos vendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, até a cidade do Recife ameaçada por falta de água. Em Recife! Coisa que, na minha vida, nunca ouvi falar! Recife está sujeita a um racionamento muito severo, caso não chova. Isso é inacreditável! A situação é grave!

Estiveram aqui em Brasília o Governador de Recife e outros Governadores do Nordeste, participando dessas frequentes reuniões com o Ministro Alexandre Costa, o Superintendente da Sudene e o Senhor Presidente da República, e espero que a verba solicitada seja liberada rapidamente; não podemos esperar mais, porque o caos já está à vista. Tive oportunidade de alertar o País e as autoridades competentes, não apenas da Região Nordeste, mas de outros setores da vida pública brasileira, na área do empresariado nacional, como também daqueles que recebem salário.

Assim sendo, Sr. Presidente, faço um veemente apelo para que o Presidente da República remeta, com a máxima urgência, essa medida provisória de 180 bilhões de dólares ao Congresso Nacional, para que seja votada rapidamente, a fim de que esse dinheiro seja revertido para aquela Região, que está sofrendo, na sua própria carne, as intempéries, e o aumento da fome e da miséria.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando. (Pausa.)

S. Ex^a não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL — TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, tenho a satisfação de externar, nesta tribuna do Senado, o meu contentamento com o bom desempenho do Ministério da Previdência Social, que vem sendo conduzido com competência e patriotismo pelo eminente Deputado Antônio Britto.

Não faz tempo, a administração da previdência pública, no País, estava entregue à desídia e à corrupção. Os segurados, em especial os aposentados, vinham passando por toda sorte de vexames, e o desrespeito sistemático aos seus direitos gerou uma situação de desamparo e angústia generalizada.

Felizmente, a Previdência Social foi recolocada nos trilhos pelo Deputado Reinhold Stephanes. Profundo conhecedor da matéria e administrador público experiente e honrado, o Dr. Reinhold iniciou, com êxito, o soerguimento da Previdência. Lançou as bases da recuperação da arrecadação, motivando e estimulando os fiscais de contribuições, no combate à sonegação. Empreendeu a revisão dos benefícios concedidos, muitos deles de forma fraudulenta, propiciando, assim, a eliminação de despesas indevidas.

O atual Ministro da Previdência tem dado continuidade ao bom trabalho do seu antecessor. Destaco, entre outros,

a obstinação com que o Ministro vem renegociando a dívida dos setores público e privado com o INSS. E, em que pese os graves defeitos estruturais apresentados pelo sistema oficial de previdência social em nosso País, podemos, desde já, colher os primeiros frutos da atual gestão, pois o principal problema, o gerencial, apresenta boas perspectivas.

Gostaria, entretanto, de abordar um problema persistente, em nome de centenas de segurados e cidadãos idosos do meu Estado, o Estado do Tocantins, que, à maneira simples dos camponeses, solicitam a "ajuda do Senador, que é a nossa maior autoridade em Brasília".

Trata-se, Sr. Presidente e Srs. Senadores, da demora que tem prejudicado as mulheres e homens do campo, em três situações. A primeira é a morosidade na revisão das aposentadorias. Disponho de uma lista de mais de cem cidadãos do distante município de Lizarda, que já compareceram ao posto da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para se recadastrar, nos meses de julho, agosto, setembro e outubro do ano passado, mas que até hoje, decorridos cinco, seis, sete e até oito meses, não voltaram a receber os proventos da aposentadoria.

A segunda situação é a de outros tantos candidatos à aposentadoria rural que, após a entrega dos comprovantes e documentos exigidos em lei, aguardam, há meses, a concessão do benefício.

A terceira situação é peculiar aos municípios mais pobres do meu Estado — e creio que de vários outros Estados da Federação — que não dispõem de uma agência bancária sequer que possa fazer o pagamento do benefício ao segurado em situação regular. Muitos camponeses que dependem da modesta aposentadoria para sobreviver têm que se deslocar cem, duzentos e até mais quilômetros até a agência bancária mais próxima, a fim de receber a quantia de um salário mínimo, posta à sua disposição, mensalmente, pelo INSS. No intuito de economizar o dinheiro gasto em passagens de ida e volta e outras despesas inerentes ao deslocamento, que pode durar até dois dias ou mais, alguns segurados deixam "juntar" dois ou três meses para receber o dinheiro. Procedendo assim, eles acreditam estar economizando o dinheiro das despesas com a viagem, mas na verdade trata-se de uma pífia economia, uma vez que a inflação média de 25% ao mês corrói seus escassos proventos. E o pior é que, muitas vezes, decorrido o prazo regulamentar sem a percepção do rendimento pelo aposentado, este passa a ter o recebimento suspenso, até ter sua reinscrição no sistema, o que pode demorar, como vimos, três, quatro ou mais meses.

É verdade que soluções criativas têm sido adotadas, graças à iniciativa de líderes dedicados à comunidade, como o prefeito de Lizarda, que, a cada mês, promove a ida ao seu Município de um funcionário-pagador da agência do Banco do Brasil de Miracema do Tocantins, que fica a 230 km de distância.

Louvável também foi a iniciativa do INSS, ao celebrar convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Agora esta empresa pública presta o relevante serviço de atendimento ao segurado, fazendo as vezes daquela Autarquia na grande maioria dos pequenos municípios brasileiros.

Lanço aqui a minha sugestão, no sentido de que o INSS autorize os Correios a efetuarem o pagamento dos benefícios naqueles municípios ou localidades que não disponham de agência bancária. Aí, sim, o nosso aposentado poderá ficar mais descansado, até por que, nesta hipótese, não terá que

viajar ou enfrentar longas filas em bancos para auferir a renda que lhe é devida.

Concluo, pois, meu pronunciamento, com um apelo ao Sr. Ministro da Previdência Social, aos Srs. Presidentes do INSS, da Dataprev e da ECT, e também a todo o corpo funcional dos citados órgãos públicos, para que aprimorem e agilizem os trâmites burocráticos, encurtando o lapso de tempo entre a solicitação e o pagamento dos benefícios previdenciários ao nosso sofrido homem do campo, que dedicou a vida ao árduo cultivo da terra.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise.

A SRA. JÚNIA MARISE (PRN — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de fazer uma breve explanação sobre dois assuntos.

Na sessão de ontem, ocupamos a tribuna do Senado para fazer uma denúncia sobre o que está ocorrendo no País, com relação aos reajustes nas prateleiras dos grandes supermercados.

Volto a insistir nesta minha preocupação a respeito desse fato, que está causando, sem dúvida alguma, sob vários aspectos, dois problemas cruciantes para o País: para o Governo, que está de mãos atadas e não sabe como agir, e para o consumidor, que está pagando, hoje, a sua cesta básica com 51% de aumento em apenas quatro semanas.

Foi esse, Sr. Presidente, um dos assuntos que me levaram a conversar com o Ministro Eliseu Resende e de que dou ciência, neste plenário, na sessão de hoje.

Enfoco exatamente a questão abordada pela divulgação do jornal **O Globo**: os reajustes efetuados nos supermercados de todo o País.

Insisto: está ocorrendo uma fraude, uma violência e uma ilegalidade contra a população brasileira. E cabe ao Governo encontrar mecanismos para estancar os aumentos avassaladores que estão sendo realizados no Brasil, para que a situação lamentável em que se encontra a população brasileira, com todos os problemas sociais existentes, não resulte em uma convulsão social.

Um outro assunto me traz à tribuna, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Patrocínio — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senadora Júnia Marise?

A SRA. JÚNIA MARISE — Pois não, nobre Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio — Gostaria de me congratular com V. Exª pela matéria de fundamental importância que traz a esta tribuna, na manhã de hoje. Ouvimos a todo o momento o Sr. Ministro Eliseu Resende dizer que não interferirá na economia, não congelará ou vigiará preços; apenas fará algumas observações. Somos favoráveis à economia de mercado, mas não ao abuso. Estão abusando da paciência do povo brasileiro. Desafio qualquer membro deste Parlamento a me dizer o preço de hoje de qualquer mercadoria! Dias atrás pedi a um funcionário que comprasse um pneu para mim. Levando em consideração a inflação, dei-lhe Cr\$ 2 milhões, achando que estava dando dinheiro demais. O pneu custava mais de Cr\$ 4 milhões de cruzeiros! O reajuste dos preços está ocorrendo semanalmente, diariamente! O Governo tem que tomar uma providência. Existem vários órgãos da Administração Federal encarregados da economia popular,

mas não vemos ninguém tomar providências para arrefecer os preços das mercadorias. As remarcações que estão sendo realizadas são criminosas, Sr^a Senadora. Quando há uma estimativa de 20% de reposição salarial, já há, automaticamente, a remarcação em 50, 60, 70%. Isso, parece-me, só interessa a um grupo muito pequeno da sociedade brasileira, aos comerciantes gulosos, aos empresários avarentos. Esses fazem o que querem, porque, na realidade, no Brasil, não se toma nenhuma providência nesse sentido. A ilustre Senadora Júnia Marise traz esse assunto numa hora muito oportuna. E nós devemos continuar a procurar mecanismos de combate aos abusos e a alertar o Governo Federal para que isso acabe de uma vez por todas neste País. Inflação é uma coisa, outra é o abuso que está acontecendo. É um crime que está se perpetrando contra a população brasileira. Muito obrigado Senadora.

A SRA. JÚNIA MARISE — Senador Carlos Patrocínio, incorporamos a este nosso pronunciamento o aparte de V. Ex^a, que demonstra sua sensibilidade e preocupação, preocupação esta que todos os Srs. Senadores compartilham em manifestações diárias nesta Casa envolvendo os reclamos de toda a sociedade brasileira.

As autoridades não podem assistir omissas ao que está ocorrendo de Norte a Sul, de Leste a Oeste neste País de braços cruzados. É preciso olhar de frente para essas questões.

Pretendo trazer para o debate do Senado na próxima semana uma matéria — que me deixou extremamente chocada — que li no jornal sob a seguinte manchete: “A Cada 17 Minutos é Descoberto um Novo Caso de Lepra no País”. Isso é muito grave, Sr. Presidente.

Vou me permitir na próxima semana abordar esse assunto, para alertar o Ministério da Saúde para essa questão.

O outro assunto que abordo hoje refere-se ao retrato que os dados do IBGE traçam do Brasil.

Se é verdade que os números não mentem, o retrato que os dados do IBGE traçam do Brasil é alarmante: 32 milhões de crianças e adolescentes vivem em famílias cuja renda mensal não chega a meio salário mínimo por pessoa. O contingente de miseráveis corresponde a 53% dos 60 milhões com idade entre 0 e 17 anos. Mais da metade da população com menos de 17 anos vivem em lares sem saneamento básico.

A desnutrição e doenças de prevenção perfeitamente viável já chegou a matar 250 mil crianças por semana. Tragédia semelhante é desconhecida pela História: nenhuma inundação, terremoto ou guerra alcançaram jamais esse patamar.

A realidade social brasileira não pára por aí. Há 18 milhões de rapazes e moças com mais de 15 anos que não sabem ler nem escrever. Cerca de 70% dos adolescentes não conseguem concluir o primeiro grau. No Nordeste, só 15% chegam ao final do primeiro ciclo de escolaridade; no Sudeste, 32,7%. Metade dos jovens de 15 a 17 anos está fora da escola.

A educação em nosso País reproduz e perpetua a pobreza: 97% das crianças com 7 a 14 anos pertencentes a famílias com renda per capita mensal superior a dois salários mínimos freqüentam a escola, mas só 74,5% das mais pobres na mesma faixa etária vão às aulas, e estas respondem pela elevada taxa de repetência escolar.

A escolaridade adequada constitui a única chance de o pobre mudar a sua condição social. O papel da escola como agente socializador é vital e insubstituível.

Os números divulgados pelo IBGE dão conta de outra realidade dramática. Apesar de nossa Constituição proibir

o trabalho de menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz, 7 milhões e meio de crianças e adolescentes com menos de 17 anos, sendo 3 milhões na faixa dos 10 aos 14 anos, têm que trabalhar para sobreviver.

A legião de pequenos trabalhadores — pasmem, senhores — já representa 11,6% da população economicamente ativa do País.

Nessa radiografia da tragédia infantil brasileira, choca a notícia recentemente publicada de que meninos e meninas de 4 anos são bóias-frias. A fome e o desemprego estão forçando essas crianças a trabalhar mais de 10 horas por dia na colheita do algodão de Querência do Nordeste e na cidade de Santa Cruz de Monte Castelo do Estado do Paraná.

Os “órfãos da colheita”, como são conhecidos, trabalham sem seguro ou garantias trabalhistas, viajam pendurados nas carrocerias abertas dos caminhões em troca de 20 mil cruzeiros diários, de cujo total são descontados 10% para o intermediário que os contrata.

Não menos preocupante nesse retrato que nos envergonha e constrange é a escalada de violência contra menores. Os maus-tratos a crianças são testemunhos da violência contra menores. Os maus tratos a crianças são o testemunho do cotidiano de horror e medo. Negligência, espancamento e abusos sexuais aliam-se ao abandono material.

Dezenas de denúncias chegam todos os dias ao SOS Criança, da ABRAPIA — Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Criança e ao Adolescente: marcas de queimadura de cigarro nos braços e pernas; feridas pelo corpo por falta de cuidados higiênicos; acidentes — frutos da negligência.

O chefe do Serviço de Pediatria do Hospital Souza Aguiar, Lauro Monteiro Filho, calcula que cerca de quinhentas mil crianças e adolescentes sofrem maus tratos a cada ano. Estatísticas indicam que, embora esteja presente nas classes média e alta, a violência é cinco vezes maior entre os pobres.

A nossa crise social é retratada pelo aumento da violência contra os menores de rua. A sociedade civil, impaciente com o problema que não sabe como resolver, apela para as pseudo-soluções extremas. Recentemente, centros assistenciais foram invadidos, educadores sofreram ameaças de morte, menores foram espancados e mortos por grupos civis.

O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente D. Luciano Mendes, Organização Não-Governamental ligada à Associação Beneficente São Martinho, publicou, há pouco, relatório no qual é estampada, com números, a escalada da violência contra menores. Só para se ter uma idéia, em março, seis menores, vítimas de agressões de militares, foram atendidos na Associação São Martinho. Em novembro, esse número chegou a dezesseis.

Também os casos de extermínio cresceram. As estatísticas de 1992 registram aumento de 27% em relação a 91. Segundo dados oficiais da Secretaria da Polícia Civil houve uma média mensal de 25 vítimas de extermínio em 1991, contra 33 em 1992. O CEAP — Centro de Articulações de Populações Marginalizadas somou 470 assassinatos de menores no ano passado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o IBGE contabilizou um drama que está nas ruas na frente de todos. Mas os números revelam-se tão veementemente negativos que surpreendem sempre e cada vez mais a sociedade brasileira.

A perplexidade de todos os brasileiros concentra-se exatamente na omissão de nossas autoridades governamentais, pela

inexistência de forma prática e objetiva de um projeto político capaz de incorporar o enfrentamento do problema social do País.

Por certo, não é a falta de leis. "A legislação brasileira é a melhor do mundo na proteção à criança", afirma o Diretor do UNICEF — Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Se o Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigor desde 12 de outubro de 1990, fosse aplicado de fato, não existiria essa chaga social humilhanamente exposta em toda a sua cruzeta.

Relembremos alguns artigos, apenas para ilustrar o profundo abismo existente entre a teoria e a realidade.

O art. 4º determina:

"É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária".

O artigo seguinte estatui:

"Art. 5º — Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais".

O art. 54 reza:

"É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente ensino fundamental e gratuito".

O art. 34 afirma:

"O Poder Público estimulará, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado".

O Estatuto é letra morta. Garante direitos que não são cumpridos nem pelo Estado, nem pela família, nem pela sociedade.

A omissão do Estado e da sociedade em cumprir a lei contribui para preservar formas arcaicas que retardam o desenvolvimento e a modernização do País. Com a privação do direito à educação e de qualquer infância digna desse nome, sacrifica-se, por um lado, a qualificação da força de trabalho; retarda-se a modernização da economia, pois a disponibilidade de mão-de-obra aviltada inibe inversões em novos equipamentos.

É, pois, de interesse de todos que sonham poder viver num país economicamente mais desenvolvido e socialmente mais justo, encontrar saída para a questão da miséria, do abandono da infância e das famílias. Impõe-se rever os mecanismos econômicos que favorecem a uns poucos em detrimento de muitos. Indispensável tomar decisões políticas corajosas em benefício da população rural. Urgente manter ou resgatar o vínculo familiar.

Resgatar o conceito do direito da criança é tarefa importante que o Governo não pode se omitir.

Com essa radiografia, Sr. Presidente e Srs. Senadores, exposta todos os dias pelos meios de comunicação do País, desejamos questionar e cobrar do Governo Itamar Franco medidas e projetos que possam dar início ao resgate da dívida social brasileira. O Presidente da República tem, na verdade, mostrado suas preocupações diante do caos social.

O Brasil tem pressa. O povo também tem pressa. A imensa maioria da população marginalizada não pode esperar mais.

A fome e o desemprego são fatores de convulsão social. Prolongar esse quadro de disparidades significa a omissão a que o Governo não pode se permitir.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a crise econômica brasileira tem sido capaz de gerar várias seqüelas, todas problemáticas e com traços agudos de deficiência, tais como, a inflação, o desemprego, o baixo nível de produção, a estagnação, a sonegação fiscal, o crescimento da economia informal. Quanto mais prolonga-se a crise, mais grave tornam-se os problemas e os sacrifícios impostos pelas suas conseqüências.

Interessa-me, neste pronunciamento, considerar alguns aspectos da economia informal e da microempresa. Se, por um lado, é preocupante o crescimento da chamada economia clandestina, por outro, não são só malefícios que a caracterizam. Para o Estado, representa uma grande evasão de receita tributária, tão grande que, segundo dados do IBGE, no período 89/90, 22% da população economicamente ativa nela atuavam. Isso representa um contingente nada desprezível de cerca de 13,6 milhões de pessoas. Em termos de cifras, os dados não são precisos, mas, segundo a Professora Maria Cristina Catiamelli, da Faculdade de Economia e Administração da USP, a evasão fiscal corresponde a algo entre 30 e 40% de toda a receita tributária.

Para as pessoas diretamente envolvidas nessa atividade, os prejuízos são de ordem trabalhista e previdenciária, pois não lhes são deferidos os direitos trabalhistas nem lhes são assegurados os benefícios da previdência social.

Entretanto, poderemos nós, Sr. Presidente, Srs. Senadores, imaginar a amplitude da convulsão social que ocorria, se, num passe de mágica, se conseguisse acabar com essa clandestinidade? Mesmo que houvesse uma força capaz de realizar essa proeza, não seria prudente que o fizesse, de vez que, no dizer de Sérgio Amad Costa, Professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, a economia informal "amortiza as tensões sociais e diminui os efeitos nefastos trazidos pelo desemprego formal". Ou, como enfatiza o Professor Ney Prado, também da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, "a economia informal é, basicamente, uma resposta que a sociedade desenvolve espontaneamente para sobreviver".

Se formos analisar mais detidamente as razões que fazem com que as pessoas prefiram agir à margem da lei, correndo riscos, veremos que, na origem de tudo, está o excesso de regulamentos e de exigências burocráticas criadas pelo Estado. Calcula-se que, para uma microempresa funcionar, sejam necessários cerca de 100 atos burocráticos diferentes, sem falar dos valores que devem ser devidos a título de taxas e outros emolumentos e de tributos.

Na clandestinidade, a pessoa não necessita de nada disso, e, quando vê que o valor dos impostos e das obrigações sociais pode se transformar em melhores lucros para o seu empreendimento, não tem dúvida em arriscar-se.

Não seria, então, o caso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de o Estado reduzir esses entraves ao mínimo necessário, para que as pessoas se convencessem que trabalhar dentro da lei é melhor e menos arriscado?

Julgo ser plenamente justificável e viável que, para micro e pequenas empresas, os tributos sejam mais reduzidos, e simplificada a sistemática de sua criação, estabelecendo-se, em contrapartida, mais severas penalidades para aqueles que atuarem na irregularidade. Não tenho dúvida de que tais medidas se reverterão em benefício para a própria população, para os empresários envolvidos e para o Estado, que, fatalmente, arrecadará mais.

A esse propósito, trago-lhes ao conhecimento, Srs. Senadores, o exemplo dessa realidade no Distrito Federal: em janeiro último, o Governador Joaquim Roriz sancionou projetos destinados a incrementar a economia do Distrito Federal, dentre os quais se destaca a flexibilização do zoneamento urbano, que permitirá que milhares de microempresas, chamadas "de fundo de quintal", possam se regularizar. Estima-se que cerca de quinze mil empresas, espalhadas principalmente pelas cidades satélites, possam agora existir legalmente. Todos os administradores regionais se manifestaram entusiasmados com essa decisão, por significar boas perspectivas de progresso e desenvolvimento para as cidades que administram. Em Sobradinho, por exemplo, essa medida proporcionará o desenvolvimento de iniciativa já amadurecida de criação de Pólo de Confecções de Roupas Íntimas, reunindo 110 microempresas que funcionam em residências.

Mas, as medidas destinadas a incentivar a microempresa no Distrito Federal não param aí, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Estou informado que, no final deste mês de março ou no mais tardar no início de abril, o Governador Joaquim Roriz pretende sancionar uma lei recentemente aprovada na Câmara Legislativa, estabelecendo tratamento simplificado e favorecendo a microempresa nos campos tributário e creditício. Trata-se de um novo estatuto da microempresa, que virá acompanhado da regulamentação do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, através do qual o governo pretende destinar cerca de 4 milhões de dólares para o incremento da microempresa.

São medidas efetivas, como essas, que certamente ajudarão a reverter o quadro econômico recessivo que vem penalizando tanto o trabalhador, quanto o próprio governo.

Estou plenamente convencido de que esses passos simples e iniciais, adotados pelo Governo do Distrito Federal, são exemplos daquilo que poderá ser feito em escala nacional. O que é imprescindível é que o Governo Federal se conscientize de que esta é a vez e o momento da pequena e da microempresa, e que, acima de tudo, faça a sua parte na empreitada urgente de tornar formal aquilo que é informal, de tornar legal aquilo que é clandestino. Todos precisamos estar convencidos de que, ao invés de conter o ímpeto de quem quer trabalhar, precisamos criar condições para que o seu trabalho seja mais produtivo, pois é do trabalho que vem toda riqueza.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE.) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^o e Srs. Senadores, uso a Tribuna, nesta oportunidade, para fazer um pequeno registro sobre um assunto de interesse da classe médica da Bahia e da saúde pública de nosso País, de um modo geral.

Trata-se de um evento relevante ocorrido em Salvador com a realização de uma conferência proferida pelo Dr. Jorge Pilheu, Professor de Pneumologia da Faculdade de Medicina de Buenos Aires e Vice-Presidente da Liga Argentina contra a Tuberculose, na sessão solene comemorativa dos 56 anos de fundação do Instituto Brasileiro para Investigação do Tórax, transcorridos no dia 17 do corrente.

A tuberculose, doença considerada erradicada dos países mais desenvolvidos, voltou, nos últimos cinco anos, a preocupar as autoridades sanitárias. Segundo o conferencista isto se deve, principalmente, à migração de populações pobres para regiões mais desenvolvidas, aliada à falta de medidas preventivas.

Na ocasião em que lançou o seu alerta para os cuidados básicos que os centros mais desenvolvidos devem ter no trato do problema, principalmente devido a estas migrações populacionais oriundas de regiões pouco saneadas, o ilustre conferencista elogiou o trabalho desenvolvido pelo IBIT que hoje faz parte da Fundação Professor José Silveira, que compreende, também, o Hospital Santo Amaro e o Centro de Saúde Ocupacional, atuando na Bahia no combate à tuberculose, doença que ainda tem causado entre nós muitos óbitos.

O Professor José Silveira, renomado médico tisiologista, mesmo com idade já bastante avançada, ainda trabalha com muito entusiasmo e disposição, tendo, inclusive, presidido a solenidade comemorativa dos 56 anos do referido Instituto que foi fundado por ele próprio, motivado por sua luta as doenças do Tórax. É um dos grandes aliados da campanha nacional contra o tabagismo, sendo ele, praticamente, o fundador, no Brasil, desta cruzada contra o fumo, à qual se ligou pela consciência consolidada contra o fumo ao longo de sua vasta experiência profissional como tisiologista e muitos anos de estudo sobre as doenças torácicas, principalmente do pulmão.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, quero, desta Tribuna, enviar ao Professor José Silveira e ao pessoal do IBIT, seus dirigentes e funcionários, os meus cumprimentos pelo transcurso desta significativa efeméride relacionada com o Instituto e com a saúde pública em nosso País.

Finalizando, peço a transcrição com o meu pronunciamento, da notícia publicada em **A Tarde**, edição de 18 de março corrente, intitulada "Conferência marca os 56 anos de criação do IBIT."

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

A Tarde

Salvador, Bahia — Quinta-feira 18-3-1993

CONFERÊNCIA MARCA OS 56 ANOS DE CRIAÇÃO DO IBIT

Nos últimos cinco anos, países pobres e ricos passaram a registrar mais e mais casos de tuberculose, uma doença que muitos governos consideravam erradicada. O surgimento da AIDS e a intensificação da migração de populações pobres para países desenvolvidos, aliados à falta de uma política mais incisiva de combate à doença, são as principais causas desse fenômeno apontadas pelo professor de Pneumologia da Faculdade de Medicina de Buenos Aires e vice-presidente da Liga Argentina contra a Tuberculose, Jorge Pilheu, autor de conferência proferida na sessão solene de comemoração dos 56 anos de fundação do Instituto Brasileiro para Investigação do Tórax, IBIT, transcorridos ontem.

A sessão solene, presidida pelo médico fisiologista e professor José Silveira, criador do IBIT, aconteceu ontem pela manhã no auditório do Hospital Santo Amaro, quando foram homenageados o professor Jorge Pilheu, com a Medalha do Mérito do IBIT, e o engenheiro Norberto Odebrecht, presidente executivo e incentivador da Fundação José Silveira, que recebeu placa comemorativa.

AIDS e Migração

Em sua palestra, o professor Jorge Pilheu ressaltou a importância do trabalho realizado pela Fundação José Silveira (hoje abrangendo o IBIT, Hospital Santo Amaro e Centro de Saúde Ocupacional) no combate à tuberculose, responsável por centenas e milhares de óbitos nos países subdesenvolvidos e que nos últimos anos vem crescendo também em países ricos, como os Estados Unidos. As perspectivas para os próximos anos não são muito otimistas, "porque a AIDS segue aumentando e parece que não se pode detê-la logo", disse o professor.

Os sintomas mais comuns da tuberculose são a perda significativa de peso, tosse forte e suor noturno intenso, embora ela se manifeste, em alguns casos, de forma atípica. O diagnóstico é obtido através de radiografia do tórax, a abreuografia, e exames laboratoriais para detecção do bacilo de Koch. O tratamento, que tem a duração média de seis meses, deve ser ministrado logo no início da doença, para garantir a cura, e é à base de medicação de custo relativamente alto. Por esse motivo, ela não é distribuída gratuitamente nos países mais pobres, o que agrava ainda mais o quadro.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 1992 — COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992-Complementar (nº 71/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, tendo

— PARECER, proferido em Plenário Relator: Senador Alfredo Campos, favorável, na forma de Substitutivo que apresenta.

— 2 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 1992 — COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas.)

MESA**Presidente**

Humberto Lucena – PMDB – PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues – PSDB – PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias – PTB – MS

1º Secretário

Júlio Campos – PFL – MT

2º Secretário

Nabor Júnior – PMDB – AC

3º Secretário

Júnia Marise – PRN – MG

4º Secretário

Nelson Wedekin – PDT – SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia – PDT – RN

Lucídio Portella – PDS – PI

Beni Veras – PSDB – CE

Carlos Patrocínio – PFL – TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

Ney Suassuna

Aluísio Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Lourenberg Nunes Rocha

Vice-Líderes

Valmir Campelo

Jonas Pinheiro

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PDS**Líder**

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDC**Líder**

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA - CCI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Maurício Corrêa

| Titulares | | Suplentes |
|------------------------|----------|--------------------------|
| | PMDB | |
| Amir Lando | | Wilson Martins |
| Antonio Mariz | | Aluizio Bezerra |
| Cid Sabóia de Carvalho | | César Dias |
| José Fogaça | | Garibaldi Alves Filho |
| Mansueto de Lavor | | Divaldo Suruagy |
| Nelson Carneiro | | Nabor Júnior |
| Pedro Simon | | Ronaldo Aragão |
| Alfredo Campos | | João Calmon |
| | PFL | |
| Josaphat Marinho | | Henrique Almeida |
| Francisco Rollemberg | | Hydekel Freitas |
| Carlos Patrocínio | | Júlio Campos |
| Odacir Soares | | Lourival Baptista |
| Elcio Álvares | | Meira Filho |
| | PSDB | |
| Eva Blay | | Chagas Rodrigues |
| Jutahy Magalhães | | Teotônio Vilela Filho |
| Beni Veras | | Almir Gabriel |
| | PTB | |
| Luiz Alberto | | Vaga cedida p/ o PST (*) |
| Valmir Campelo | | Lourenberg Nunes Rocha |
| | PDT | |
| Magno Bacelar | | Pedro Teixeira |
| | PRN | |
| Júnia Marise | | Áureo Mello |
| | PDC | |
| Amazonino Mendes | | Moisés Abrão |
| | PDS | |
| Esperidião Amin | | Jarbas Passarinho |
| | PSB + PT | |
| José Paulo Bisol | | Eduardo Suplicy |
| | PST | |
| | | Enéas Faria (*) |

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

- Anexo das Comissões - Ramal 4315

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel

Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

| Titulares | | Suplentes |
|------------------------|------|----------------------|
| | PMDB | |
| Amir Lando | | Alfredo Campos |
| Antonio Mariz | | Filiano Melo |
| César Dias | | Irapuan Costa Júnior |
| Cid Sabóia de Carvalho | | José Fogaça |
| Divaldo Suruagy | | Mansueto de Lavor |
| Garibaldi Alves Filho | | Nabor Júnior |
| Wilson Martins | | Nelson Carneiro |
| João Calmon | | Ronan Tito |

Ronaldo Aragão
Onofre Quinan

PFL

João Rocha
Guilherme Palmeira
Odacir Soares
Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

PTB

Mariuce Pinto
Vaga cedida p/ o PST(*)
Jonas Pinheiro

PDT

Lavoisier Maia
Pedro Teixeira

PRN

Ney Maranhão
Áureo Mello

PDC

Epitácio Cafeteira

PDS

Lucídio Portella

PSB + PT

Eduardo Suplicy

PST

Enéas Faria (*)

Secretário: Luiz Cláudio de Brito - Ramais 3515/16

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões - Ramal 3652

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Raimundo Lira

Vice-Presidente: Ruy Bacelar

| Titulares | | Suplentes |
|-------------------------|------|------------------------|
| | PMDB | |
| (Vaga cedida para o PT) | | Amir Lando |
| Aluizio Bezerra | | Antonio Mariz |
| César Dias | | Cid Sabóia de Carvalho |
| Mansueto de Lavor | | Divaldo Suruagy |
| Nabor Júnior | | Wilson Martins |
| José Fogaça | | João Calmon |
| Ronan Tito | | Onofre Quinan |
| Ruy Bacelar | | Pedro Simon |
| Ronaldo Aragão | | Humberto Lucena |
| | PFL | |
| Guilherme Palmeira | | Odacir Soares |
| Meira Filho | | Bello Parga |
| Raimundo Lira | | Júlio Campos |
| Henrique Almeida | | Ávaro Pacheco |
| Dario Pereira | | Elcio Álvares |
| João Rocha | | Josaphat Marinho |

| | | | | | |
|---|------|-------------------------|---|----------|---|
| Mário Covas | PSDB | Fernando H. Cardoso (*) | Jarbas Passarinho | PDS | Lucídio Portella |
| José Richa | | Almir Gabriel | | PSB + PT | |
| Beni Veras | | Chagas Rodrigues | Vaga cedida para o PMDB (*) | | Vago |
| Affonso Camargo | PTB | Lourenberg Nunes Rocha | Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos | | |
| Valmir Campelo | | Jonas Pinheiro | Ramais: 3496 e 3497 | | |
| Levy Dias | | Mariuce Pinto | Reuniões: Quintas-feiras, Às 10 horas | | |
| Nelson Wedekin | PDT | Darcy Ribeiro | Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - | | |
| Lavoisier Maia | | Pedro Teixeira | Anexo das Comissões - Ramal 3546 | | |
| Júnia Marise | PRN | Vago | (*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações | | |
| Albano Franco | | Ney Maranhão | | | |
| Moisés Abrão | PDC | Gerson Camata | | | |
| Espérico Amin | PDS | Jarbas Passarinho | | | |
| Eduardo Supticy | PT | | | | |
| Secretário: Dirceu Vieira M. Filho | | | | | |
| Ramais: 3515/3516/4354/3341. | | | | | |
| Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas | | | | | |
| Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - | | | | | |
| Ramal 4344 | | | | | |
| (*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações | | | | | |
| COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE | | | COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI | | |
| (19 Titulares e 19 Suplentes) | | | (23 Titulares e 23 Suplentes) | | |
| Presidente: Irapuan Costa Júnior | | | Presidente: Júlio Campos | | |
| Vice-Presidente: Lourival Baptista | | | Vice-Presidente: Mário Covas | | |
| Titulares | | Suplentes | Titulares | | Suplentes |
| | PMDB | | | PMDB | |
| Aluizio Bezerra | | Antonio Mariz | Flaviano Melo | | Amir Lando |
| Irapuan Costa Júnior | | Flaviano Melo | Wilson Martins | | César Dias |
| Nelson Carneiro | | João Calmon | Irapuan Costa Júnior | | Juvêncio Dias |
| Pedro Simon | | José Fogaça | Nabor Júnior | | Manueto de Lavor |
| Ronaldo Aragão | | Nabor Júnior | Oonofre Quinan | | Ronaldo Aragão |
| Ronan Tito | | Ruy Bacelar | Divaldo Suruagy | | Ronan Tito |
| Humberto Lucena (*) | | | Ruy Bacelar | | Antonio Mariz |
| | PFL | | Garibaldi Alves Filho | | Humberto Lucena |
| Marco Maciel | | Francisco Rollemberg | | PFL | |
| Guilherme Palmeira | | Josaphat Marinho | Dario Pereira | | Raimundo Lira |
| Lourival Baptista | | Raimundo Lira | Henrique Almeida | | Elcio Álvares |
| Ávaro Pacheco | | Hydekel Freitas | Lourival Baptista | | Josaphat Marinho |
| | PSDB | | Júlio Campos | | Odacir Soares |
| José Richa | | Jutahy Magalhães | Hydekel Freitas | | Meira Filho |
| Chagas Rodrigues | | Eva Biny | | PSDB | |
| | PTB | | Teotônio Vilela Filho | | Beni Veras |
| Jonas Pinheiro | | Levy Dias | Mário Covas | | Jutahy Magalhães |
| Mariuce Pinto | | Valmir Campelo | Fernando H. Cardoso (*) | | José Richa |
| | PDT | | | PTB | |
| Pedro Teixeira | | Darcy Ribeiro | Mariuce Pinto | | Levy Dias |
| | PRN | | Lourenberg N. Rocha | | Vaga cedida p/ o PST (*) |
| Albano Franco | | Júnia Marise | | PDT | |
| | PDC | | Pedro Teixeira | | Lavoisier Maia |
| Moisés Abrão | | Epitácio Cafeteira | Ney Maranhão | | Áureo Mello |
| | | | Gerson Camata | | Epitácio Cafeteira |
| | | | | PDS | |
| | | | João França | | Lucídio Portella |
| | | | | PSB + PT | |
| | | | Eduardo Supticy | | José Paulo Bisol |
| | | | | PST | |
| | | | | | Enéas Faria (*) |
| | | | | | Secretário: Celso Antony Parente - Ramais 3515 e 3516 |
| | | | | | Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas |
| | | | | | Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - |
| | | | | | Anexo das Comissões - Ramal 3286 |
| | | | | | (*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações |

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Louremberg Nunes Rocha
Vice-Presidente: Coutinho Jorge

Titulares

Suplentes

PMDB

Alfredo Campos
Juvêncio Dias
Flaviano Melo
Garibaldi Alves Filho
João Calmon
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Humberto Lucena
Amir Lando

Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho
Irapuan Costa Júnior
Nelson Carneiro
Wilson Martins
Ronaldo Aragão
Ronan Tito
Ruy Bacelar
Vago

PFL

Josaphat Marinho
João Rocha
Meira Filho
Álvaro Pacheco
Júlio Campos
Bello Parga

Dario Pereira
Odacir Soares
Francisco Rollemberg
Guilherme Palmeira
Carlos Patrocínio
Henrique Almeida

PSDB

Almir Gabriel
Teotônio Vilela Filho
Eva Blay

Mário Covas
Beni Veras
José Richa

PTB

Louremberg Nunes Rocha
Jonas Pinheiro
Levy Dias

Luiz Alberto
Marluce Pinto
Vaga cedida p/ o PST (*)

PDT

Darcy Ribeiro
Lavoisier Maia

Pedro Teixeira
Nelson Wedekin

PRN

Áureo Mello
Júnia Marise

Ney Maranhão
Albano Franco

PDC

Amazonino Mendes

Gerson Camata

PDS

Jarbas Passarinho

Esperidião Amin

PST

Enéas Faria(*)

Secretária: Mônica Aguiar Inocente -
Ramais 3496/3497/3321/3539

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

J. avulso Cr\$ 2.048,00 até 1º/11/92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(Julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

COLABORAÇÃO

- Medidas provisórias – *Raul Machado Horta*
Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – *Gaspar Vianna*
A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – *Arnoldo Wald*
A autonomia universitária e seus limites jurídicos – *Giuseppe da Costa*
A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – *Palhares Moreira Reis*
Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*
Controle parlamentar da administração – *Odete Medauar*
Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – *Ademar Ferreira Maciel*
O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
Tribunal de Contas e Poder Judiciário – *Jarbas Maranhão*
Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – *Nelson Saldanha*
A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – *Vitor Fernandes Gonçalves*

- Conceito de "underselling" ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – *Mário Roberto Villanova Nogueira*
Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – *José Carlos Costa Netto*
Bem de família – *Zeno Veloso*
Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – *Jorge Barrientos Parra*
"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – *Yamil e Souza Dutra*
Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – *Edivaldo M. Boaventura*
A biblioteca legislativa e seus objetivos – *Eduardo José Wense Dias*
Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – *Dr. Daniel E. Moeremans*
La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – *Antonio M^a Loça Navarrete*
- ## PUBLICAÇÕES
- Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal – Anexo I, 22º andar – Praça dos Três Poderes. CEP 70160-900 Brasília. DF. Telefones 311-3578 e 311-3579.

PREÇO DO EXEMPLAR

Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência FCT do Senado – CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil - Alcides de Mendonça Lima

Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina - André Franco Montoro

Os actos legislativos no Direito Constitucional Português - Jorge Miranda

Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição - Inocêncio Mártires Coelho

Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte - Leomar Barros Amorim de Sousa

Revisão constitucional - Geraldo Ataliba

Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) - Sebastião Baptista Affonso

Mandado de injunção - Marcelo Duarte

As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro - Fran Figueiredo

Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação - Vitor Rolf Laubé

A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita - Geraldo Brindeiro

Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais - Anamaria Vaz de Assis Medina

Fundações privadas instituídas pelo Poder Público - Adilson Abreu Dallari

Auditoria e avaliação da execução - Rosinethe Monteiro Soares

Soberania do Poder Judiciário - Antônio de Pádua Ribeiro

O Poder Normativo da Justiça do Trabalho - Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena

A Escola Judicial - Sálvio de Figueiredo Teixeira

Da constitucionalidade do bloqueio de valores - Adriano Perácio de Paula

O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais - Marcos Juruena Villela Souto

Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro - Werter R. Faria

Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico - Mauro Márcio Oliveira

A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - José Arthur Rios

Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa - Rubem Nogueira

PESQUISA - Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961

Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978 ...

Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 - NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho - *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos - *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro - *Letacio Jansen*

O planejamento na economia brasileira - *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 - *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988; subsídios para os comparatistas - *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais - *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 - *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição - *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandato de segurança contra ato judicial - *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito do processo de extradição, indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição - *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal - *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos - *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay

sobre o Direito do Mar - *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa - *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito - *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci - *Ronaldo Poletti*
A filiação ilegítima e a constituição de 1988 - *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança - *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens - *Carlos Alberto Bitar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento - *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente - *Hugo Negro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? - *José Pitas*

A arte e o obsceno - *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 - *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! - *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn - *Luis Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado - CGA 470775.